

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

BOLETIM N.º 226

SOCIOLOGIA II N.º 1

AZIS SIMÃO
e
FRANK GOLDMAN

ITANHAÉM

ESTUDO SÔBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E SOCIAL DE UMA COMUNIDADE LITORÂNEA



SÃO PAULO — (BRASIL)
1958

Os Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, são editados pelos Departamentos das suas diversas secções.

Tôda correspondência deverá ser dirigida para o Departamento respectivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — Caixa Postal 8.105 — São Paulo, Brasil.

The “Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo” are edited by the different Department of the Faculty.

All correspondence should be addressed to the Department concerned. Caixa Postal 8.105, São Paulo, Brasil.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho

Vice-Reitor: Prof. Dr. João Francisco Humberto Maffei

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

Diretor: Prof. Dr. Paulo Sawaya

Vice-Diretor: Prof. Dr. Antonio Soares Amora

Secretário: Lic. Odilon Nogueira de Mattos

CADEIRA DE SOCIOLOGIA II

Professor: — Dr. Fernando de Azevedo

Assistentes: — Antônio Cândido de Mello e Souza

Ruy Galvão de Andrada Coelho

Auxiliares de Ensino: — Azis Simão (Licenciado)

Frank Perry Goldman (B.A.,M.A.)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

BOLETIM N.º 226

SOCIOLOGIA II N.º 1

AZIS SIMÃO
e
FRANK GOLDMAN

ITANHAÉM

ESTUDO SÔBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E SOCIAL DE UMA COMUNIDADE LITORÂNEA



SÃO PAULO — (BRASIL)

1958

COMPOSTO E IMPRESSO NA SECÇÃO GRÁFICA DA
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
1958

APRESENTAÇÃO

Os autores dêste trabalho já são bastante conhecidos para precisarem de qualquer apresentação. Mas, colaboradores, — e excelentes a todos os respeitos, — da cadeira de Sociologia II, Aziz Simão e Frank Goldman, não gostariam, na sua benevolência para comigo, fôsse publicado o seu estudo sem que, de certa forma, no mesmo volume, se unisse aos seus nomes o do professor que foi de um dêles e é amigo de ambos. Daí a idéia que lhes ocorreu de algumas palavras lançadas à maneira de prefácio. Se, por elas, no entanto, o que se busca em geral é apresentar ao público o autor de um livro, por estas, escritas à última hora, já revistas as provas de página, é o contrário o que se dá: são êles, os seus autores, meus auxiliares de ensino, que me tomam pelo braço, para me introduzirem na construção erigida por êles, como amigos que, entrando em casa, gentilmente me convidassem a entrar primeiro...

Compreendo essas atenções. Trabalhamos juntos há quase sete anos e, quanto a Aziz Simão, já ultrapassa dez bem vividos o nosso amável convívio, a princípio, decorrente de relações entre mestre e discípulo, e, logo após, em nosso trabalho em comum, no magistério. Em tempo já tão largo de convivência, que considero um privilégio, habituei-me a querer-lhes e a admirá-los, pela competência na especialidade a que se consagraram, por seu amor aos estudos e à pesquisa e pela exemplar dedicação ao ensino. São duas vocações que, no interesse da Faculdade, não podia deixar de atrair e prender ao Departamento de Sociologia e Antropologia de que já fazem parte, e em cujos serviços de vária natureza se integraram de tal modo, por seus dons de simpatia e participação, que nós os sentimos, como êles se sentem, comprometidos no próprio destino do Departamento e corresponsáveis de suas atividades, de sua direção e de seus progressos.

Em Boletim da Faculdade é o primeiro trabalho que publicam. Mas outros de não menor interesse e importância já se

uniram ou se juntarão brevemente a êste, para aumentarem êses professôres, com a prudência que êles mesmos se impõem, o volume de sua produção intelectual. De fato, o Prof. Aziz Simão, licenciado em Ciências Sociais por esta Faculdade, já empreendeu pesquisa de que resultou “O voto operário em São Paulo”, — apresentado no I Congresso Brasileiro de Sociologia que aqui se reuniu em 1954. Publicado nos Anais dêsse Congresso e, mais tarde no n.º 1 da Revista Brasileira de Estudos Políticos, foi reproduzido em resumo (o que é muito significativo) nos “International Political Sciences Abstracts”, da Universidade de Oxford. Além de sua tese de doutoramento, já em boa altura, tem em preparo “A formação do proletariado em São Paulo”, em colaboração com a Professôra Paula Beiguelman, assistente da cadeira de Política. Não se dedicou menos ao ensino e à pesquisa o Prof. Frank Goldman, bacharel e mestre em Sociologia pela Universidade de Tulane, nos Estados Unidos, em que fêz seu curso de pós-graduação. Entre os estudos que já apareceram em revistas e jornais, figuram (para citar apenas alguns) “Os americanos em São Paulo”; “Três educadores norte-americanos no Brasil” e “Uma tentativa de colonização no litoral-sul de São Paulo por imigrantes oriundos dos Estados Unidos após a Guerra Civil”.

O presente trabalho “Itanhaém”, que teve origem num projeto de pesquisa de treinamento, é, como indica o seu sub-título, um estudo sôbre o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade litorânea. Não entrei nele senão com a sugestão ou “a escolha da unidade a ser estudada”, como o foi, com o objetivo de “investigar as condições de mudança econômico-social de uma área que, embora limítrofe dos municípios de Santos e São Paulo, se mantivera até há pouco relativamente à margem da economia mercantil e da vida sócio-cultural de tipo urbano”. A hipótese que se levantou do fenômeno de “dupla morfologia” ou “morfologia sazonal”, isto é, de uma estrutura submetida a variações de estação (vida de veraneio e vida normal) foi logo rejeitada, nos primeiros contactos com o pequeno e pitoresco agrupamento urbano. Não seria, porém, necessário dizer que acompanhei de perto o planeja-

mento e a realização dessa pesquisa, trocando idéias com os dois professores encarregados de projetar e realizar o trabalho, com a participação de estudantes, escolhidos e convocados para fazerem o treinamento, e que revelaram, desde a fase inicial, gosto e aptidões para investigações sociais.

Depois de breve introdução, em que se expõem as origens, o plano, as técnicas adotadas e os resultados da pesquisa, e que prima pela clareza e precisão, começa o estudo monográfico por uma reconstituição histórica de Itanhaém, nas três fases características de seu desenvolvimento econômico (o café, o bananal e o turismo) e no processo de mudança sócio-cultural por que passou a comunidade. A análise das antigas e das atuais condições de vida do núcleo urbano, por observações diretas da realidade social, desdobra-se, com a mesma objetividade e segurança, pelo segundo e terceiro capítulos, a que se seguem, bem formuladas, as conclusões principais. A reconstrução histórica é de Aziz Simão e a pesquisa de campo, que se realizou há cinco anos ou de 1952 a 1953, esteve a cargo de Frank Goldman e de seu grupo de pesquisadores, todos, como já se declarou, estudantes de Ciências Sociais, tendo-se incumbido ambos da elaboração dos dados. Além de ser mais uma prova das possibilidades, do alcance prático e científico e dos resultados da associação sistemática do ensino e da pesquisa, a colaboração de alunos em trabalhos de campo, sob tão esclarecida orientação, é um dos valores dessa excelente monografia sobre Itanhaém. Não somente representa ela “uma contribuição aos modelos de estudos de comunidade que se fazem no Brasil”, conforme dizem seus autores, como também abre perspectivas e esperamos seja um convite e estímulo a novas monografias de aldeias, vilas e cidades. E’ todo um mundo a explorar, no vasto domínio de estudos e pesquisas sociológicas e antropológicas.

Ao terminar a leitura destas páginas em que se concentra e se desenvolve a análise demográfica, econômica e social da antiga vila de Itanhaém, acudiram-me à lembrança as palavras com que C. Bouglé remata um dos seus estudos magistrais. Para responder à pergunta sobre “o que é sociologia”, êle começa por imaginar uma pequena cidade, a que, “para fixar as

idéias”, batiza com o nome de Saint-Pol. Êle a percorre com olhos de ver e habituados a observar, examinando-a sob os mais diversos aspectos; investiga-lhe os fenômenos sócio-culturais; coloca-se, para analisá-la, em vários pontos de vista, — geográfico, demográfico, econômico e sociológico, levanta e discute problemas; tece uma série de considerações a propósito de questões que reputa essenciais, e conclui por esta observação, que se ajusta a trabalhos dêsse tipo, quando elaborados sôbre a base de pesquisa, metódicamente conduzida e, por isso mesmo, sem desvios da realidade: “A bem dizer, se tivéssemos de Saint-Pol um igual conhecimento, não possuiríamos tôda a sociologia? “Se eu soubesse alguma coisa a fundo, diz Claude Bernard, saberia tudo”. Esforcemo-nos, pois, por conhecer a fundo nossa pequena cidade, e a sociologia viverá”.

Poder-se-ia estranhar que, tendo sido criada a cadeira de Sociologia II há quinze anos e contando, desde sua fundação, com colaboradores de primeira ordem, seja êste o seu primeiro Boletim. Mas sob essas aparências, encobre-se uma realidade que conforta e é preciso destacar. Pois, nesse período, o professor da cadeira, seus assistentes e auxiliares de ensino e de pesquisa, têm desenvolvido, todos êles, atividade intensa e fecunda, de que resultou produção já volumosa, publicada em livros e revistas especializadas, nacionais e estrangeiras. Êsses trabalhos de uns e outros não podiam, porém, esperar, para serem publicados, que chegasse a sua vez, — hora sempre tardia que reservam a cada Boletim oficinas gráficas, como as de nossa Faculdade, extremamente úteis e prestadias, mas sobrecarregadas de material proveniente de grande número de cadeiras. Por essa e outras razões, ensaios e obras minhas e trabalhos de alto nível, como os de Antônio Cândido de Mello e Souza, de Florestan Fernandes, antigo assistente desta cadeira e atualmente professor de Sociologia I, de Rui Coelho e outros, têm sido publicados em revistas, em Anais de Congressos ou em volumes lançados por emprêsas editôras diversas. A produção, portanto, existe, é conhecida de todos e digna de se destacar não só do ponto de vista quantitativo como também (com referência aos outros) pelo seu alto teor científico, mas, — o

que somos os primeiros a lamentar, — fora da importante coleção de Boletins da Faculdade que atinge com êste o número 226, já bastante elevado para denunciar o êxito da iniciativa e a sua aceitação.

Fernando de Azevedo

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve origem num projeto de pesquisa de treinamento, executado pela Cadeira de Sociologia II, graças a recursos financeiros postos à nossa disposição pelo Centro de Pesquisas Culturais da Universidade de São Paulo. A escolha da unidade estudada foi feita pelo Catedrático Prof. Fernando de Azevedo, tendo em vista investigar as condições de mudança econômico-social de uma área que, embora limítrofe dos municípios de Santos e São Paulo, mantivera-se, até há pouco, relativamente à margem da economia mercantil e da vida sócio-cultural de tipo urbano.

Nestas duas últimas décadas, o crescimento demográfico, urbano e industrial do Estado de São Paulo, particularmente da Capital, intensificou a especialização na agricultura, como decorrência do alargamento do mercado, e incrementou o movimento de recurso ao ócio fora da paisagem habitual, criado pelo estilo de vida citadino. Graças a um ou a ambos os fatos, vários trechos da costa marítima conheceram nova fase de prosperidade econômica e crescimento social. Propusemo-nos tentar a investigação desse processo em uma área onde, ao lado da agricultura especializada, desenvolve-se o veraneio, sobre o qual não se empreendeu, até agora, nenhum ensaio de análise que permitisse pôr em evidência as condições de fatores que o expliquem sociologicamente.

Itanhaém, já estudada do ponto de vista geográfico pelos Profs. Eurípedes Simões de Paula e J. R. de Araújo Filho, oferece, como unidade de investigação, a vantagem de representar uma fase do desenvolvimento da exploração de recursos naturais, cujo conhecimento, com referência a outras áreas, como Santos e São Vicente, só pode ser obtido indiretamente, por via histórica. Ao estudá-la do ponto de vista sociológico, julgamos conveniente analisar sua formação e evolução econômico-social, com o fim de:

1 — Saber se influências internas tiveram alguma função dinâmica importante na transformação da comunidade;

2 — Evidenciar o processo pelo qual se fazem sentir as influências externas que ligam a área a um mundo social mais vasto.

De tais interesses teóricos, que presidiram a escolha da unidade de investigação, fomos levados à seguinte hipótese diretriz do trabalho: considerar a comunidade em termos de condições e fatores econômicos que permitam explicar, morfológica e funcionalmente, a constituição estrutural e a evolução sócio-econômica daquele grupo demográfico. Isto em vista, a reunião de material deveria ser feita pela combinação de certos desenvolvimentos da pesquisa de campo com a reconstrução histórica. A pesquisa de campo concentrou-se em aspectos da demografia, formas de ocupação do solo, de subsistência e organização social, estilos de vida e esferas de convivência mútua das populações fixa e flutuante. A consecução da coleta de material se fez especialmente em 3 níveis: observação direta de situações; inquérito sociológico (*social survey*) da área; e emprêgo de questionários e entrevistas informais. A reconstrução histórica, tendo em vista aqueles mesmos aspectos, abrangeu as fases características e o desencadeamento do processo de mudança da vida econômica e social em Itanhaém, considerando as situações de afastamento e integração com referência aos quadros do litoral e do Estado.

A pesquisa de campo, realizada em 1952-1953, esteve sob a direção de Frank Perry Goldman; a reconstrução histórica, de Aziz Simão, cabendo a ambos a responsabilidade do planejamento do trabalho, interpretação do material e apresentação dos resultados. No treinamento de pesquisa participaram os seguintes estudantes: Ana Maria Adamo, Atsuko Haga, Rosa Rosemberg, Eunice Ribeiro, Carmem Kuchembuch, Yukio Kitahara, Yolanda Santos e Leila Athié.

Os resultados da análise realizada não cobrem, certamente, todos os aspectos abrangidos pelos estudos etnológicos e sociológicos de comunidade. Semelhante propósito não cabia, naturalmente, no modo por que julgamos dever enfocar a unidade de investigação. No entanto, mesmo assim, êste trabalho representa uma contribuição aos modelos de estudos de comunidade que se fazem no Brasil. De modo especial, contribui para o conhecimento dos aspectos dinâmicos do desenvolvimento econômico e social de co-

munidades em situação análoga à de Itanhaém, graças à difusão da já referida forma de disposição do ócio. A isto chegamos, diante dos resultados gerais do ensaio, os quais enfim nos permitem dizer que:

1 — A hipótese diretriz estabelecida revelou-se adequada e frutífera com referência aos nossos propósitos;

2 — As técnicas de investigação escolhidas possibilitaram reunir os dados empíricos necessários à análise e conduzir a pesquisa a seus fins teóricos.

De outro lado, tais resultados oferecem base empírica e teórica para a formulação de novas hipóteses e sugestão de novas áreas de pesquisa. Em particular, mostram ser conveniente considerar as comunidades brasileiras da perspectiva histórico-social de áreas suficientemente amplas — regional ou inter-regional, estadual ou nacional —; e tratar a organização e a evolução da unidade investigada em termos da influência das condições de desenvolvimento econômico-social do quadro inclusivo.

Finalizando, expressamos mais uma vez nossos agradecimentos ao Prof. Fernando de Azevedo, aos citados alunos e a quantos, de uma e outra forma nos auxiliaram em nossa tarefa.

I

O CAFÉ, O BANANAL E O TURISMO

No litoral paulista, a serra renteia a costa sinuosa até a área vicentina e recua depois, deixando vasta porção de terras alagadiças entre suas fraldas e a extensa praia retilínea, entremeada de longe em longe por pequenos morros. Neste último trecho, da ponta do Itaipu à barra do rio Itanhaém, alonga-se a Praia Grande, por cerca de 50 quilômetros, quase interrompida em seu ponto médio pela serra do Mongaguá. Para além do rio, situam-se a Praia e a praia do Meio, delimitadas por pequenos morros, depois dos quais se estendem os 30 quilômetros da praia de Peruibe até a Serra dos Itatins (1). Ao fundo desta linha marítima, “um vasto arco formado pela serra do Paranapiacaba, cujas extremidades nordeste e oeste são dadas respectivamente pelos pequenos maciços de Mongaguá, Bananal e Laranjeira”, circunscreve a baixada do Itanhaém que “atinge, em sua maior reentrância, apenas 17 quilômetros de profundidade, em linha reta”. A região, resultante de um recuo do mar, com grande parte das terras ainda não consolidada, apresenta uma vasta rede de rios, canais, lagoas e pântanos, das cercanias do mar ao sopé da serra. Nela, o Itanhaém, formado pelo Branco da Conceição e pelo Preto, centraliza águas brotadas na serra e na baixada, constituindo a maior bacia do litoral paulista, depois da Ribeira do Iguape. Na longa e estreita faixa da orla marítima, estendem-se praias, restingas e dunas, intervaladas num e outro ponto por outeiros e costões. Aí, no solo arenoso, domina o jundu, cerrado, intrincado de arbustos e árvores retorcidas. Nos outeiros, a vegetação apenas chega a capoeiras ralas. Para além do jundu, na extensa baixada, que toma quase toda a superfície da região, sobreelevam, entre lagoas e alagados, terraços de sedimentação ma-

(1) Cf. J. R. Araújo Filho, *A Baixada do Rio Itanhaém*, 1950, sobre os aspectos geográficos aqui indicados.

rítima, esporões da serra e morros isolados. Aí, densa nas escarpas e com clareiras na baixada, ergue-se a floresta atlântica.

Foi na praia de Peruibe que, entre 1532 e 1533, após ter fundado São Vicente, Martim Afonso estabeleceu a segunda povoação de sua Capitania: São João Batista (2). Habitada por colonos e índios reduzidos, o povoado recebeu, em 1559, os jesuítas, que ali construíram o edifício para igreja e colégio. Dez anos antes, à margem esquerda do rio Itanhaém, cuja barra dava entrada a embarcações, já se havia estabelecido uma feitoria agrícola. A feitoria tornou-se povoação, recebendo colonos de São João Batista e de São Vicente que fugiam da luta com os Tamoio, e foi erigida Vila em 1556. Com o litígio sobre o território de São Vicente, reclamado pelos herdeiros de Pero Lopes e de Martim Afonso, estes em 1624 estabeleceram a sede de sua Capitania em Itanhaém e, em 1654, os frades franciscanos edificaram um convento sobre o outeiro, onde havia uma capela devotada à N. S. da Conceição. Itanhaém teve alguma prosperidade como centro administrativo, religioso e agrícola, na pobre fase litorânea e canavieira da economia colonial paulista, até que as bandeiras, a mineração e as terras mais férteis do planalto atraíram as “principais famílias do lugar. Os nobres, descendentes de Martim Afonso, retiraram-se da Vila logo que esta perdeu seus foros de Capitania. As principais autoridades e mor parte da população de seu extenso município deixaram Itanhaém. Os engenhos, os sítios de escravatura foram abandonados, porque nesse tempo começaram a surgir com mais vantagem os futuros municípios de serra acima. Em 1709, separava-se a Capitania de São Vicente da do Rio de Janeiro. Em 1711, São Paulo passa à categoria de Cidade com o título de Capitania de São Paulo, afluindo para ali quase todo o elemento que constituía o progresso das Vilas do litoral” (3). Seus habitantes, circunscritos a uma precária economia de subsistência, achavam-se, pelos meados do século XVIII, conforme documentos da época, “faltos de todo

(2) Para a história da Vila de Itanhaém, cf. Benedito Calixto, *A Vila de Itanhaém*, 1895, *A Capitania de Itanhaém*, 1915; e *Primitivos Aldeamentos indígenas e Índios mansos de Itanhaém*, 1905.

(3) Benedito Calixto, *op. cit.*, 1895.

o necessário para as comunidades da vida, até do próprio sustento” (4).

Pelos fins do século, porém, o café chegou ao litoral, e galgando a serra, como o colono e a cana, tomou o vale do Paraíba e alcançava as primeiras terras do oeste no começo do século XIX.

A costa marítima teve então um pequeno período de prosperidade agrícola e comercial. Em 1836 (5), seu trecho norte produzia para o mercado principalmente café, açúcar, aguardente, fumo, arroz, farinha de mandioca, telhas e louças. Ubatuba e São Sebastião tornaram-se os portos do vale do Paraíba e Santos concentrava o comércio marítimo do oeste, cuja via para o mar vinha sendo melhorada desde o fim do século XVIII. Aquêles dois primeiros municípios e o de Vila Bela constituíam a zona cafeeira litorânea, cuja produção elevou-se consideravelmente em menos de 20 anos, passando de 80 para 300 mil arrobas de café entre 1836 e 1854 (6). No extremo litoral sul da Província, Iguape e Cananéia surgiram como centros de comércio e zonas produtoras de arroz e algum café.

Apenas Itanhaém não participou dêste surto econômico. A grande lavoura, tendo pela frente vastas terras férteis e mais adequadas à cafeicultura, e tendo o comércio melhores vias, deixaram-na quase isolada: diante do mar por sua barra, que só dava “entrada a pequenas embarcações” (7); diante do planalto pelo “paredão do Paranapiacaba, num dos pontos de mais difícil acesso” (8); diante de Iguape e Cananéia, pela “parte mais agreste e inculta” (9) do litoral; e diante de Santos, pelo precário caminho da praia, intransitável por veículos durante a maré alta, sem ponte sobre o canal que dá para São Vicente.

Em 1836, de seus “pequenos sítios à margem do mar e rios” (10), saíram para o mercado apenas 4 arrobas de café e, em 1854,

(4) Ofícios do Cap. General Morgado de Mateus (1765), em *Documentos Interessantes*, V. XXII.

(5) Para os dados referentes a 1836, cf. Daniel Pedro Müller, *Ensaio de um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*, 1923.

(6) Para os dados referentes a 1854, cf. J. J. Machado de Oliveira, *Quadro Estatístico da Província de São Paulo*, 1855.

(7) D. P. Müller, *op. cit.*, p. 82.

(8) J. R. de Araújo Filho, *op. cit.*, p. 13.

(9) B. Calixto, *Os Primitivos Aldeamentos Indígenas e Índios Mansos de Itanhaém*, 1905, p. 502.

(10) D. P. Müller, *op. cit.*, p. 132.

a Câmara declara não haver, no município, fazendas daquele produto, nem de açúcar, nem de gado.

No decurso da segunda metade do século, o litoral, com exceção de Santos, entrou em decadência agrícola e comercial. Já ao tempo de seu florescimento, ocupou lugar secundário na economia cafeeira, com uma lavoura onde a cana era plantada em “promiscuidade com o café” (11). De seus 10.221 Km², 2.616 constituíam sua zona cafeeira, que produziu, segundo os citados cálculos, respectivamente 14 e 6% da colheita da Província. Com superfícies menores — metade e ainda menos —, alguns municípios da grande área cafeeira tiveram, nas mesmas datas, igual ou maior produção. De outra parte, seus canaviais, que em 1836, tinham pôsto no mercado 4 mil arrobas de açúcar, representando 1% da produção provincial, limitavam-se, em 1854, a fornecer algumas centenas de pipas de aguardente. Em queda, a produção de café do litoral norte passou, a partir de 1886, a girar em torno de 10 mil arrobas, enquanto seus portos perdiam o comércio com a construção das estradas de ferro que partem de São Paulo para Santos e para o Rio de Janeiro.

A decadência não tocou fundo apenas a lavoura cafeeira, mas toda a agricultura litorânea, cuja área cultivada, já insignificante em 1905, quando não ia além de 1.500 alqueires, no trecho norte, e a 4.000 no sul, reduziu-se, em 1920, a cerca de 300 e de 3.000 alqueires nas referidas zonas (12). Engenhos foram abandonados por seus proprietários; parte da população, especialmente do trecho norte, transferiu-se para outros municípios; e o litoral, com exceção de Santos, transformou-se em área de desertção (13). Enquanto em Santos a população elevou-se de 16.000 para 100.000 habitantes, entre 1886 e 1920, no trecho sul, apenas de 27.000 para 60.000 e, no norte, de 21.000 para 27.000. Para esta situação no crescimento da população contribuíram não só o citado êxodo, co-

(11) J. J. Machado de Oliveira, *Quadro Estatístico de Alguns Estabelecimentos Rurais*, 1855.

(12) Cf. J. F. Camargo, *Crescimento da População do Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos*, 1952. E' de nossa responsabilidade a reorganização dos dados segundo o zoneamento que adotamos.

(13) Cf. Maria Conceição Vicente de Carvalho, *Santos e a Geografia Humana do Litoral Paulista*, 1944, pg. 82; A. Paulino de Almeida, “Usos e Costumes Praianos”, *Revista do Arquivo Municipal*, 1945; E. Willems e Gioconda Mussolini, *Buzios Island*, 1952; e Gioconda Mussolini “Aspectos da Cultura e da Vida Social no Litoral Brasileiro”, *Antropologia*, 1953.

mo ainda as condições sanitárias e dietéticas em que vivia a população. Com referência a Itanhaém, acusam os censos um aumento de população, naqueles 30 anos, de 2.741 para 4.227 habitantes, enquanto que indicam uma queda das áreas cultivadas, de 400 alqueires, em 1905, para 132, em 1920.

Em resumo, falharam duas vêzes em 4 séculos as tentativas de desenvolvimento do sistema de plantação tropical no litoral paulista. Contrastando com o interior, onde a grande lavoura, atraindo crescente número de capitais e braços, tomou sucessivamente as áreas que lhe eram marginais, na costa, as incipientes plantações limitaram-se a uma pequena faixa próxima do mar e definharam, sem condições de se expandir pelas terras mais altas do Paranapiacaba e pela baixada alagadiça do Itanhaém.

*

* *

A terceira tentativa de estabelecimento da agricultura de fins comerciais foi realizada neste século, com o cultivo de banana, de arroz e de chá. Êstes dois últimos produtos têm sido cultivados no extremo do litoral sul, no vale da Ribeira do Iguape. A bananeira encontrada por todo o país, tem tido sua maior zona no trecho da costa que vai do Estado do Rio ao de Santa Catarina (14).

A região de Santos e São Vicente, com seu clima quente e úmido, várzeas recortadas e canais e rios navegáveis, pôrto e ferrovia, ofereceu ótimas condições de produção e comércio para uma nova espécie de banana, vulgarmente chamada nanica, cujas mudas foram trazidas das Canárias na última década do século passado. Ali, entre 1905 e 1911, o número de touceiras de banana subiu de 1 milhão para mais de 3 milhões e Santos começou a elevar-se ininterruptamente no quadro nacional dos portos exportadores da fruta, então encabeçado por Florianópolis e Paranaguá. Nas remessas do Brasil para o Prata, que se elevaram de 1.800.000 para 2.500.000 cachos de banana entre 1906 e 1912, a parte de Santos subiu de 12 para 46%. Com o crescimento do mercado

(14) Sôbre a cultura e o comércio da banana no litoral paulista, cf. C. Vicente de Carvalho, *op. cit.*, e Araújo, *op. cit.*, e êste em particular no que se refere à bananicultura na região de Itanhaém.

externo e interno, os bananais avançaram nestes últimos 30 anos, por terras ainda incultas de outros municípios litorâneos e passaram a fornecer anualmente 90% dos 6.000.000 de cachos exportados pelo Brasil, além das remessas para a região da Capital. Circunscrito a Santos, São Vicente e Guarujá, até o segundo quartel dêste século, os bananais rumaram daí por diante para o norte, florescendo em Caraguatatuba, e em maior quantidade para o sul, onde tomaram as margens do Itanhaém e seus tributários, seguiram a ferrovia até Juquiá e despontaram na região de Iguape e Prainha, ao lado dos arrozais e culturas de chá. Essa lavoura já deveria preencher, em 1940, cêrca de 15.000 alqueires, dos 30.000 cultivados no litoral, conforme estimativa que fazemos, descontando dêsse total 15.000 alqueires ocupados por outras plantações, em especial pelo arroz e chá na Ribeira de Iguape (15).

As primeiras plantações em Itanhaém, foram estabelecidas às margens do rio Branco, em 1927, 12 anos após a ruptura do relativo isolamento da região. O trem, que subira a serra em 1867, sòmente depois de ter estendido 6 mil quilômetros de ferrovia no planalto, seguindo os cafêzais, passou a correr por 100 quilômetros da costa sul. Em 1915, partindo de Santos para alcançar Curitiba, atravessou o município de Itanhaém, marginando a Vila, e se deteve até hoje em Juquiá. Um documento de 1920, observava que a “estrada de ferro tem transformado ou vai ainda transformando tôda essa região; e as excelentes terras de cultura... poderão ser agora utilizadas como merecem. A pescaria também tem que lucrar, pois o transporte de peixe fresco para Santos torna-se fácil. A estrada de ferro trará outros progressos, especialmente para Itanhaém que possui todos os elementos para tornar-se uma estação balneária importante” (16).

A ferrovia, porém, não constituiu desde logo, e por si só, fator bastante para incrementar a abertura de grandes lavouras numa região até então largada à margem do movimento econômico. O alto preço do café e os progressos da indústria e do comércio retinham capitais e mão de obra, ao mesmo tempo que a situação da bananicultura não exigia ainda novas terras. Sòmente quan-

(15) Cf. J. F. Camargo, *op. cit.*, Vol. III, Tabela 102.

(16) Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, *Exploração do Litoral*, 1920, pg. 7.

do se verificou, concomitantemente, a queda da produção das velhas plantações, a ampliação do mercado consumidor da banana e o abalo do eixo monocultor da economia agrícola, com a crise cafeeira de 1930, antigos e novos bananicultores iniciaram a corrida para as terras de Itanhaém. A fertilidade do solo compensava satisfatoriamente a deficiência e o custo do transporte ferroviário, cujo melhoramento não se fez de pronto, como esperavam os pioneiros da bananicultura naquela região (17). Ao contrário, o desenvolvimento da agricultura é que promoveu o melhoramento do tráfego ferroviário, fluvial e marítimo. A via férrea, percorrida durante muito tempo por um único comboio, é atualmente trafegada por 5 composições, das quais 2 servem o trecho de Santos a Itanhaém e 3 toda a região até Juquiá. O atual movimento de carga por esta via acha-se expresso pelo número de toneladas carregadas: em 1952, apenas na estação de Itanhaém foram carregadas 17.500 toneladas de mercadorias, principalmente de bananas.

O tráfego pela praia foi grandemente facilitado pela construção da ponte pênsil que há 30 anos liga a ilha de São Vicente à Praia Grande, e pela ponte sobre o córrego que deságua ao lado da serra do Mongaguá. Atualmente, quando o areal não se torna fôfo e alagadiço com a maré montante, 8 a 10 caminhões trabalham diariamente no transporte de banana para o pôrto de Santos.

Os cachos de banana são levados das plantações, no interior, até a praia, em batelões, ou transportados em embarcações de alto mar diretamente para bordo dos navios no pôrto exportador. Esses barcos, com capacidade de 100 toneladas, vêm sendo utilizados desde 1931 (18). Pelo rio trafegam comboios de batelões, rebocados por barcos a motor e embarcações que medem, aproximadamente, 25 metros de comprimento, 4 de largura e 3 de altura, possuindo 2 porões e tendo capacidade de receber cargas no convés (19).

Itanhaém tornou-se o grande município produtor de banana, elevando-se o número de suas touceiras em frutificações de 1.000.000 para 1.500.000 no período de 1944 a 1949 e atingindo

(17) A ferrovia, construída pela Companhia Inglesa Southern São Paulo Railway, que a mantinha sem novos melhoramentos, passou para a propriedade do Estado, em 1928, sendo incorporada à Estrada de Ferro Sorocabana.

(18) Cf. Araújo Filho, *op. cit.*, p. 62.

(19) Conforme observamos no rio Branco.

a quase 2.300.000 em 1954; ao que se pode ainda acrescentar mais 350.000 touceiras do antigo distrito de Itariri, elevado a município em 1949 (20). Em todo o seu território as atividades agrícolas concentram-se no trato dos bananais, não tendo ali penetrado até o momento nenhuma outra grande lavoura. A cultura do arroz, iniciada em 1922-23, por algumas famílias japonesas, no curso médio do rio Branco, foi destruída por uma das grandes enchentes que ocasionou a morte de parte dos agricultores e a retirada dos sobreviventes (21). Entre 1944 e 1951, enquanto a área tomada pelas bananeiras elevou-se de 1.600 para 3.648 hectares, a ocupada pelas demais culturas reduziu-se de 644 para 38 (22). Verifica-se pois, que o desenvolvimento da lavoura nesta região se fêz inteiramente à custa de um tipo de "agricultura comercial" que, como acentua Araújo Filho, inclui-se, por suas finalidades e forma de produção, no sistema de plantações ocorrentes nos trópicos, de que são exemplos os cacauais da Baía e os bananais das Antilhas (23). A especialização agrícola tem sido praticada em tal grau que, nos "sítios de banana", não são fornecidas terras aos trabalhadores para pequenos plantios, como acontece nas fazendas de café do planalto, sendo adquiridos fora do município os gêneros necessários ao abastecimento do pessoal. Os grandes bananeiros "não querem nem saber de outras plantas" em suas terras, disse-nos um informante. E nos bananais que visitamos, no curso do rio Branco, não encontramos plantações de cereais, nem gado.

O maior contingente de trabalhadores agrícolas acha-se ao serviço da bananicultura. Dos 4.024 habitantes da zona rural recenseados em 1950, estimamos em 1.000 os ocupados naquelas plantações, dando-se de 30 a 40 trabalhadores para cada 100.000 touceiras, conforme indica Araújo Filho.

A bananicultura também contribuiu para o aumento da população urbana fixa, que triplicou em 15 anos, passado de 668 habitantes, em 1934, para 1.781, em 1940, e a 2.331 em 1950. Embora a maioria dos bananicultores não residam no município, as em-

(20) Dados fornecidos diretamente pelo Departamento de Estatística de São Paulo.

(21) Cf. Araújo Filho, *op. cit.*, p. 61.

(22) Dados fornecidos diretamente pelo Departamento de Estatística do Estado de São Paulo.

(23) Cf. Araújo Filho, *op. cit.*, p. 37.

prêças agrícolas têm sido um dos promotores do aumento do pessoal ali ocupado no comércio, nos transportes e nos serviços públicos.

Contudo, o grande fator daquele crescimento demográfico foi o progressivo alargamento do ecúmeno turístico litorâneo, aberto no fim do século passado em São Vicente, onde então se assinalava a presença de “numerosa camada de povo oscilante para os banhos salinos” (24).

O enriquecimento de famílias nacionais e estrangeiras na lavoura, comércio e indústria, as vilegiaturas na Europa e as prescrições médicas possibilitaram e difundiram o hábito de se estagiar no litoral. O número de pessoas que descia do planalto para as praias abriu novo campo de inversão de capitais, já antes da primeira guerra mundial. Em 1912, Santos, além dos hotéis de seu centro comercial, contava com 4 grandes estabelecimentos balneários e muitos chalés de turistas; e no Guarujá inaugurava-se um grande hotel com cassino, que passou a ser um dos centros de recreio de grande número de pessoas nacionais e estrangeiras, ocupantes dos mais altos status econômicos e sociais da sociedade paulistana (25). O movimento turístico veio aumentando ininterruptamente na medida em que se intensificava o aumento demográfico e a concentração urbana no Estado, progrediam os meios de transportes e se processavam modificações no regime de trabalho e nas formas de disposição do ócio. Nesta último década, a descida para as praias, por dias ou semanas, tem assumido o aspecto de migração temporária, mais ou menos densa, segundo a época do ano. Um dos índices dêsse fato é o movimento de veículos na via Anchieta, por onde transitaram, em média diária, 2.700 carros de passeio e 667 ônibus, no mês de março de 1949, e, em julho do mesmo ano, época mais preferida pelos turistas, 3.217 carros e 660 ônibus (26).

A integração do hábito de veraneiar no comportamento de camadas cada vez maiores da população, como resposta a situações de vida especificamente urbana, tornou-se possível precipuamente pela elevação de rendas e vencimentos obtidos por crescente nú-

(24) *Almanaque do Estado de São Paulo*, 1891, p. 727.

(25) *Guia do Estado de São Paulo*, 1912, pp. 90-103. Dos hotéis citados por esta fonte, ainda existem em Santos o Parque Balneário, o Palace e o Internacional; no Guarujá, o edifício do Hotel de La Plage.

(26) Segundo Censo Geral de Tráfego, 1949.

mero de indivíduos; pela organização de excursões e instalação de colônias de férias, por parte de associações profissionais, recreativas e assistenciais; pela concessão, por força da lei, de férias anuais pagas aos trabalhadores assalariados urbanos; pelo aumento de veículos de transporte, individuais e coletivos; pelo grande surto da indústria da construção civil e facilidades de compra apresentadas pela oferta no comércio de imóveis. Entre os anos de 1935 e 1940, começou a intensificar-se a frequência de novos grupos de turistas nas praias de banhos, entre os quais se conta boa porção de pessoas de pequeno status econômico e social (27). Em 1945, Santos possuía 162 hotéis e pensões, onde se registraram 104.484 entradas de hóspedes, elevando-se em 1950, o número daqueles estabelecimentos a 273 e o de entradas a 150.000 (28). Acrescentando-se a êsse número o de turistas alojados em outros locais — casa própria ou alugada e colônias — e o de excursionistas que não pernoitam no litoral, a população flutuante deve ser atualmente maior do que a população fixa daquela zona urbana e sub-urbana, recenseada em 198.405, em 1950. Semelhante é a situação de São Vicente, com 27.012 moradores e 11.890 entradas inscritas em seus 56 estabelecimentos de hospedagem. O adensamento da população flutuante ocasionou um reajustamento ecológico orientado para o sul até Peruipe. Novas edificações ocupadas por turistas, mais numerosas em São Vicente, surgem, rareando, pela Praia Grande, nas paradas do trem, e novamente se aglutinando na área de Itanhaém.

A praia de Itanhaém, “própria para banhos salinos” (29), já era freqüentada no comêço do século por algumas famílias hospedadas por moradores da Vila. Depois da inauguração da ferrovia, maior número de pessoas procurou aquela localidade, alojando-se também em hotéis e em casas próprias ou alugadas. Em 1926, havia na Vila quatro pequenos estabelecimentos de hospedagem e alguns cháies na praia, que abrigavam “doentes e turistas”, principalmente entre maio e junho (30). Embora, em 1934, já fôssem assinalados “alguns palacetes modernos edificadas à beira da praia”

(27) Temos conhecimento pessoal do fato desde aquela época.

(28) Dados fornecidos diretamente pelo Departamento Estadual de Estatística.

(29) *Almanaque do Estado de São Paulo*, 1891, p. 730.

(30) Cf. Liberato da Costa Fontes, *Impressões de Itanhaém*, 1926, pp. 4 e 143.

(31), o movimento turístico de Itanhaém foi insignificante até 1940. Intensificou-se a partir dessa época, assumindo maior ritmo após o término da última guerra, quando se verificou a máxima saturação da zona balneária santista e se apresentavam maiores facilidades para o tráfego rodoviário. Além de carros de passeio, circulavam pela Praia Grande ônibus diários, entre Santos e Itanhaém, cujos passageiros, na maioria turistas, atingiram o número de 36.196 em 1951. Recentemente, mais uma linha de pequenos ônibus liga diretamente São Paulo a Itanhaém. Nesse mesmo ano, foram fornecidas na estação ferroviária dessa cidade 107.819 passagens, das quais boa parte a turistas, que se utilizam do trem, principalmente quando a maré alta interrompe o trânsito pela praia (32). No quinquênio 1945-1950, o número de estabelecimentos de hospedagem, na área de Itanhaém, passou de 4 para 10 e o de entradas anuais registradas, de 1.500 para 3.000. Juntando-se a esse número o de turistas alojados em 4 colônias de férias e em casas próprias ou alugadas, estima-se ser a população flutuante o dobro da população urbana fixa, recenseada em 2.285 habitantes em 1950.

Aos turistas, por suas edificações e pelo número de novos moradores que atraíram a Itanhaém, cabe o papel de promotor do alargamento do sítio urbano. A Vila, até o segundo quartel deste século, contava com uma centena de casas, distribuídas por 2 largos, 3 ruas e 2 travessas, ao pé do morro do Convento (33). Acompanhando o ritmo do afluxo de turistas, o número de prédios estimado em cerca de 200 em 1934 (34), passou a 321 em 1947, e a 499 em 1951, tendo sido, portanto, levantadas, neste último quinquênio, 36% das edificações existentes. Por outro lado, a ampliação do sítio urbano, que se fez bipolarizada pela ferrovia e pela praia, já se apresenta duas vezes maior nesta última direção, encontrando-se nas áreas que descem para o mar, ou lhe são fronteiras, 50 a 60% do total das casas, quase tôdas ocupadas pela po-

(31) Eurípedes Simões de Paula, *O Caiçara e a Região de Itanhaém*, 1934, p. 7.

(32) Acha-se ainda em construção o prolongamento da Via Anchieta que passará por Itanhaém.

(33) Cf. *Almanaque Administrativo, Comercial e Profissional do Estado de São Paulo*, 1895, p. 650.

(34) Eurípedes Simões de Paula, *op. cit.*, p. 7.

pulação flutuante, que também se localiza em menor número em outros trechos da Vila (35).

Com referência às ocupações da população fixa, a maioria de seus componentes ativos exerce atividades criadas pelo turismo ou incrementadas com sua participação, como a organização comercial de hospedagem, indústria da construção civil, mercado de venda e locação de imóveis, transportes, fornecimento de energia elétrica e outras categorias de comércio e formas de prestação de serviços públicos e privados.

Do exposto, podemos destacar que:

1) A posição do sítio geográfico de Itanhaém, com referência ao seu aproveitamento pelo mercado de bens e serviços, modificou-se graças a mudanças no quadro econômico da região que o inclui. Mesmo depois do rompimento de seu relativo isolamento geográfico pela ferrovia, a área somente saiu da situação marginal em que a deixara a economia do período cafeeiro, respondendo a necessidades do desenvolvimento da produção de um novo gênero agrícola e da intensificação do concentracionismo urbano.

2) A baixada do Itanhaém, inculta até recente fase de maior diferenciação de áreas e atividades agrícolas no Estado, recebeu o sistema de plantação já na forma de empresas altamente especializadas na produção da banana e tributárias do mercado quanto a outros gêneros, mesmo de natureza vegetal.

3) A Vila, sem barra para grande navegação, nem via direta para o planalto, não se vem desenvolvendo como entreposto comercial da área bananicultora, mas como centro temporário de atividades sociais de uma sociedade urbana e industrial sediada fora do território de seu município.

(35) Segundo levantamento que efetuamos.

II

AS ANTIGAS CONDIÇÕES DE VIDA

A costa, entre São Sebastião e Cananéia, foi habitada pelos Tupiniquim, ladeados pelos Tuninambá, ao norte, e pelos Carijó, ao sul, uns e outros integrantes da família Tupi-Guarani (1). Ali começou o primeiro capítulo de uma velha história: o jesuíta aldeando índios; o colono apresando índios; o branco e o índio gerando o mestiço.

Na formação da base antropofísica da antiga comunidade de Itanhaém foi mínima a participação do negro, cujo cativo seguiu a rota da grande lavoura. Na província, excluída a zona marítima, a população escrava aumentou ininterruptamente, acompanhando o crescimento da população livre, embora em ritmo cada vez mais lento, na medida em que se intensificavam a campanha abolicionista e a entrada de imigrantes europeus. No litoral, o número de cativos diminuiu bruscamente a partir dos meados do século XIX, seguindo a decadência da lavoura cafeeira na região. Os seguintes números indicam as quantidades de livres e escravos em cada uma daquelas áreas, em diferentes momentos:

	1835	1854	1874	1886
Província	liv.-escr.	liv.-escr.	liv.-escr.	liv.-escr.
(sem litoral)	185.692-57.386	279.042-103.760	634.621-149.748	998.145-159.086
Litoral	20.607-12.627	29.376-13.971 (2)	46.121-6.874	62.570-1.579

Em 1874, tôda a costa contava com um número de escravos igual ou menor, em números absolutos e relativos, do que a existente em alguns municípios da serra acima, tomados de per si. Sua população cativa concentrava-se no trecho norte, em Santos e no

(1) Egon Schaden, "Os Primitivos Habitantes do Território Paulista", in *O Estado de São Paulo*, 25-1-1954.

(2) Excluída Ubatuba, sem dados para 1854. Sobre população livre e escrava, cf. Camargo, *op. cit.*, 1954.

extremo sul, apresentando-se muito escassa na região de Itanhaém, conforme mostram os seguintes números:

1836		1854		1874		1886	
liv.-escr.	%	liv.-escr.	%	liv.-escr.	%	liv.-escr.	%
811-235	22,46	1.155-99	7,9	1.503-63	4,0	2.741- —	—

Do quadro Estatístico de 1836, tiramos os seguintes dados referentes a composição da população segundo a côr:

	% s/ população	
Branços	297	28,39%
Pardos livres	514	49,14%
Pardos cativos	183	17,49%
Pretos cativos	52	4,97%

O censo não indica quais as origens dos agrupados sob a designação de *pardos livres* e não faz qualquer referência à população indígena local. Contudo, sabe-se da presença de índios naturais do lugar ou adventícios e da pequena parte do negro na formação do contingente de mestiços. Pelos meados do século XIX, índios mansos habitavam a praia de Peruibe, havendo, como ainda há, descendentes seus, de aparência física do “mesmo tipo, sem mescla de sangue europeu ou africano” (3). Além disso, desde a primeira metade do século passado, levas sucessivas de índios guarani partiram do sul de Mato Grosso, leste do Paraguai e norte da Argentina, rumo da costa atlântica, impelidos por um ideal religioso: o de alcançar o paraíso mítico (4). Suas mais antigas aldeias situam-se na serra do Bananal e Itariri e contavam, em 1905, respectivamente, com 8 e 5 famílias, coabitando com estas grande número de mestiços (5). Pelos meados do século XIX, apenas “três ou quatro famílias de estrangeiros portugueses, ou descendentes destes, constituíam o único elemento estranho do meio dessa população aborígine, que se estende de um a outro extremo da praia de Peruibe. Alguns desses brancos (emboavas) possuíam escravos, na maior parte mulatos e caboclos, porém, onde o elemento africano foi sempre escasso. Esses senhores e cativos foram pouco a pouco assimilando-se à população e extinguindo-se afinal;

(3) B. Calixto, *op. cit.*, 1905, p. 498; *op. cit.*, 1895, p. 17.

(4) Egon Schaden, *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*, 1954, pp. 12-18 e “Os Primitivos Habitantes do Território Paulista”, *O Estado de São Paulo*, 1954.

(5) B. Calixto, *op. cit.*, 1905, 498.

ou por outra, misturando-se com a raça indígena, formou essa mescla de mestiços que hoje vemos, mas onde predomina ainda o tipo indígena" (6).

Constituíam êles, até há 30 anos, quase a totalidade do povo, não só de Peruibe, mas de tôda a região, e têm sido denominados *caiçaras* (7), como as demais populações mestiças do litoral.

Os portugueses e, em escala bem menor, os espanhóis, participantes daquele processo de miscigenação, foram, ainda no grande período imigratório, o grosso dos estrangeiros entrados nos municípios do litoral. Em 1886, quando havia no mínimo 40.000 estrangeiros no território paulista, não foram arrolados os alienígenas de muitos municípios, entre os quais Santos e São Vicente (8). No entanto, informações escritas (9) revelam que a maior parte dos imigrantes fixados na costa constituíam-se de portugueses, seguidos dos espanhóis e italianos, sendo a área santista seu ponto de concentração. Em 1920, dos 829.851 alienígenas existentes no Estado, 43.075 encontravam-se na orla marítima, representando apenas 5% daquele total. Todavia, Santos já se apresentava como o município que, ao lado da Capital, vem tendo o maior número de estrangeiros relativamente à população total.

Em Itanhaém, o número de estrangeiros, 29, em 1886, não deveria ter sido maior no comêço do século, pois segundo informações, o número de ádvenas, ali, só foi significativo a partir de 1915, com a abertura da ferrovia e o estabelecimento dos japoneses, no litoral, por volta de 1920. Nesse ano, foram recenseados 944 alienígenas, representando 22,33% da população total. Segundo a nacionalidade, assim se distribuíam:

Portugueses, 149 — 15,8%; espanhóis, 56 — 5,9%; italianos, 24 — 2,5%; japoneses, 689 — 73,0%; alemães, 19 — 0,1%; outros, 25 — 2,6%.

Até, pois, o quinquênio 1915-1920, habitava a região um povo de mestiços e representantes dos grupos étnicos que lhe deram

(6) *Ibidem*, p. 501.

(7) Segundo Plínio Ayrosa, *caiçara* vem de *Caa-ça* (cêrsa de mata) e significa os que moram atrás da cêrsa, tendo sido talvez denominação dada pelos índios não reduzidos aos aldeados, no sentido de covarde, medroso, ente desprezível. Cf. Eurípedes Simões de Paula, 1934, p. 5.

(8) Sobre a população estrangeira, cf. Camargo, *op. cit.* Vol. II.

(9) Cf. relações nominiais de habitantes dos municípios paulistas, publicados pelos almanaques do fim do século XIX.

origem. Em conjunto, somavam, entre o fim do século passado e o começo deste, 3.000 a 3.500 pessoas dispersas em parte dos 1.356 Km² que formavam o território municipal de Itanhaém. Quase todos se localizavam na orla praiana, apresentando-se a baixada interior apenas marcada pela passagem do homem.

O maior núcleo demográfico (10), constituído de 300 a 500 pessoas encontrava-se, entre o começo do século e 1920, no sítio da Vila: estreita faixa de terra enxuta, a 4 metros de altitude, entre o rio, o mar, os margues e o outeiro, onde o Convento da Conceição de há muito vem-se firmando sobre as próprias ruínas. Num largo, a matriz de Santana e um edifício de pedra, no qual se instalavam a Câmara, a escola, o quartel da polícia e a cadeia. Enquadrando-o e alinhando-o por 3 ruas e 2 travessas, uma centena de casas, na maior parte velhas, de diferentes tamanhos, feitas de taipa ou tijolo cobertas de telha, frentes lisas e renteando o passeio, lateralmente justapostas, com grandes quintais ao fundo. A água, colhida em duas fontes, ao norte e ao sul da Vila, foi canalizada em 1906, e ampliada a rede de seu fornecimento a partir de 1936. O combustível era, como ainda é, a lenha. Os lampões foram substituídos pela iluminação elétrica, domiciliar e pública, fornecida por gerador a óleo cru, somente em 1926. Os moradores da Vila ocupavam-se da agricultura, pesca, comércio, artesanato, transportes e serviços públicos.

Os informantes sempre se referem à Vila como um pobre lugar de povo pobre. Em 1864, Machado de Oliveira dizia que Itanhaém, “se pequena foi sempre desde sua fundação, caiu em decadência logo que foi destituída de cabeça de Capitania; e hoje apenas existe ali e no último deterioramento o Convento de franciscanos, com pequeno número de casas habitadas pela maior parte por pobres pescadores” (11). Sessenta anos depois, um cronista, impressionado com seu aspecto, escrevia ser Itanhaém “lugar pobre sem valor intrínseco, materialmente falando” não sendo “própriamente uma cidade aprazível. Aí não aparecem, como em outras localidades, vivendas à sombra de pomares e vergéis circundadas de

(10) O quadro do antigo povoamento e habitação, foi traçado com dados fornecidos pelos almanaques do fim do século, *op. cit.*, de B. Calixto, Simões de Paula, Relatório Exploração do Litoral, informações orais e observação de campo.

(11) J. J. Machado de Oliveira, *Quadro Histórico da Província de São Paulo*, 1864, p. 114.

jardins. Apenas se deparam algumas construções modernas, mais ou menos elegantes, a par do velho casario dos tempos coloniais, onde em vão se procuraria uma horta ou o vicejar de uma flor” (12).

Outro núcleo, destacando-se no povoamento disperso, era o povoado de Peruipe, no extremo sul da praia. Constituiu-se, em 1891, de 50 casas, das quais 4 eram cobertas de telha e as restantes de palha, habitadas por 397 pessoas (13). Em 1920, continuava com “uma rua paralela à praia” e “casas pequenas distantes uma da outra. Era antigamente o ponto final para as carroças que vinham de São Vicente pela praia” (14).

Em tôda a extensão da costa, de distância em distância, próximos de aguarda, dispunham-se casebres, por detrás do jundu que os protegia dos ventos fortes do mar. Ao fundo, roças e árvores frutíferas nas fraldas dos morros mais próximos, e ainda casas esparsas, como as poucas ao redor das ruínas da capela de São João Batista, a 1 Km da praia. Além, a grande mata, escondendo choças e aldeamentos indígenas.

Afora as citadas casas de taipa ou de tijolo, as demais eram de pau a pique (15), feita de uma armação de esteios e vigas à qual se amarravam tapumes de achas de palmeira ou de pau e ramos entrançados e a cobertura de sapé ou fôlhas de palmeiras. Ainda se encontravam na baixada interior habitações que eram simples ranchos.

A população, tomada como um todo, vivia da pequena agricultura, da pesca, caça e coleta, de um reduzido comércio de bens e alguma prestação de serviços. No município fazia-se o cultivo da mandioca, milho, cará, feijão, arroz, cana, café, banana branca, laranja, limão e abacaxi; a coleta de palmitos e fibras vegetais; o corte de madeira e lenha; a criação de galinhas e suínos; a pesca e caça; praticava-se a construção de casas, carroças, canoas, monjolos, moendas, rodas para ralar mandioca e tipitis; confeccionavam-se vestuários, alguns móveis, pequenos objetos de madeira, fibra e barro para uso doméstico, rédes e outros instrumentos de pesca. O volume da produção não ia além do solicitado pelo consumo local e o acanhado co-

(12) Liberato da Costa Fontes, *Impressões de Itanhaém*, 1926, p. 4.

(13) *Almanaque do Estado de São Paulo*, 1891, p. 730.

(14) *Exploração do Litoral*, 1920, p. 7.

(15) Na região são recentes as casas feitas de madeira, ou de madeira sôbre alicerces de pedra, cobertas de telha ou sapé.

mércio com Santos, o que colocava Itanhaém, do ponto de vista da economia de mercado, segundo B. Calixto, como “a Vila e município mais pobre do Estado de São Paulo. Quase tudo aí é primitivo. O seu comércio, a sua indústria, a sua lavoura são nulos por assim dizer” (16). Estas palavras são válidas para todos os tempos da vida econômica da antiga comunidade.

Na primeira metade do século passado, pouco se cultivava em Itanhaém: “algum arroz, mandioca e cana de açúcar”, fabricando “seus habitantes algumas canoas, taboado e chapéus de palha” (17). No fim do século, B. Calixto apontava a mesma situação, explicando-a: “O mau estado atual de sua barra, a falta absoluta de transporte fácil para os municípios limítrofes, atrofia e mata a sua pequena lavoura. Por êste motivo o povo só produz o necessário para seu sustento” (18). A pequena lavoura em atrofia contava, nas terras classificadas pelos censos como estabelecimentos agrícolas, com cerca de 300 alqueires, em 1905, e com 130 em 1920 (19), aos quais se junta a área indeterminada de exíguas roças dispersas. Galinhas e suínos eram criados pelos moradores, em geral, para consumo direto e em diminuta escala. O gado perfazia, em 1905, 128 cabeças e, em 1920, 135, assim distribuídas segundo a espécie: bovinos, 65; equinos, 36; muares e asininos, 34 (20).

A pescaria para o consumo e o comércio apanhava nas temporadas das grandes pescas, em média diária, 2 mil quilos de peixe, tanto em Itanhaém como em Peruibe. O excedente do peixe reservado para o consumo local era remetido ao mercado de Santos, com o qual havia relações de troca estabelecidas, pelo menos desde o início do século XIX.

A freqüência das relações comerciais e a grandeza das trocas, sempre indicadas como insignificantes, podem ser avaliadas pelas espécies e volume das mercadorias e número de pessoas da região participantes do mercado. Em 1836, foram arrolados os seguintes produtos exportados, além do que foi produzido para o consumo: 4 arrobas de café, 1,5 canadas de aguardente, 450 alqueires de arroz, 2.075 de farinha de mandioca; 40 arrobas de embuava; 247

(16) B. Calixto, *op. cit.*, 1895, p. 48.

(17) D. P. Müller, *op. cit.*, p. 83.

(18) B. Calixto, *op. cit.*, 1895, p. 48.

(19) (20) J. F. de Camargo, *op. cit.*, 1952.

dúzias de tábuas; 254, de chapéus; 198, de esteiras e 21 canoas (21). Para o fim do século, já não possuímos números relativos ao volume das mercadorias negociadas, mas somente referências que revelam não ter ocorrido mudança significativa na situação do mercado regional. O almanaque de 1873 informa que “o comércio é insignificante e limita-se à venda dos objetos para o consumo da população”, e que os produtos “exportáveis em diminuta quantidade para Santos constam do seguinte: farinha de mandioca, arroz, vassouras, poaia, baunilha, esteiras, caraguatá, tincum, peixe salgado, tabuado e outras madeiras, canoas e frutas” (22).

A êsses dados podemos ainda juntar os seguintes, referentes ao comércio, ao artesanato e ao transporte (23):

	1805	1836	1873	1891
Comerciantes	1	3	10	9
Props. engenhos	—	—	9	—
Padeiros	—	—	—	1
Alfaiates	—	—	1	1
Sapateiros	—	—	1	—
Tamanqueiros	—	—	1	2
Cepeiros e Correeiros	—	—	—	1
Carpinteiros	—	1	3	7
Fabs. canoas	—	1	—	—
Ferreiros	—	1	?	1
Pedreiros	—	—	2	5
Props. carros e de animais	2	—	13	14

Até o período da bananicultura e do turismo, não houve, quanto ao aspecto estritamente econômico, mudança expressiva nesses quadros, exceto no setor dos transportes, com a substituição das carroças pelo trem. Entre os antigos moradores, 4 a 5 tinham insignificantes negócios de fazendas e armarinhos, sêcos e molhados, ferragens e louça, trabalhando em um ou mais dêsses ramos; e menos de uma dezena possuía “*tabernas*” dentro ou fora da Vila. Segundo sua posição no mercado, mantinham algum comércio com Santos, onde se abasteciam de reduzida variedade de mercadorias e revendiam os produtos adquiridos em seu município. Os ofícios eram os mesmos citados, mas o número de seus praticantes — 7 a

(21) D. P. Müller, *op. cit.*, p. 129.

(22) *Almanaque da Província de São Paulo*, 1873, p. 284.

(23) “*Lista Geral da Primeira Comparação dos Habitantes Existentes em 1805*”, apud. Araújo Filho, *op. cit.*, p. 27. D. P. Müller, *op. cit.*, p. 83, tab. 15. *Almanaque da Província de São Paulo*, 1873 — *Almanaque do Estado de São Paulo*, 1891.

8 — era menor do que o de seus conhecedores, pois, como nos disse um septuagenário: “antigamente cada um aprendia um ofício para servir no caso de precisão”. Negociantes e artesãos não se limitavam geralmente a uma única atividade, havendo quem trabalhasse, ao mesmo tempo, no comércio, num ofício e ainda no transporte, além de possuir planta e criação. Mantiveram-se ainda neste século alguns monjolos e engenhocas, a confecção de canoas e de objetos de fibra, madeira e barro.

Nos acanhados limites da procura local de mercadorias, já avaliados pela rarefação demográfica e tipo de economia praticada, destacavam-se o sal, a aguardente e o tecido. O primeiro era usado não só no condimento, mas também na salga do peixe, pois somente com a estrada de ferro se tornou possível enviar pescado fresco para Santos. A aguardente fabricada por poucos era procurada por todos. As fazendas tinham seus principais consumidores em menos de uma centena de famílias, que dispunham das melhores oportunidades de obtenção de rendas e receitas, graças ao exercício de uma ou mais das citadas atividades econômicas. Algumas delas faziam ainda, circunstancialmente, raras compras no comércio de Santos. O consumo de tecidos, decrescente entre os demais moradores na proporção da capacidade aquisitiva, era quase nulo por parte da maioria que se restringia ao pano preciso para cobrir o corpo. As louças eram bem menos vendáveis numa população que confeccionava seu próprio vasilhame. E de escassa procura eram também, mormente dada sua durabilidade, os instrumentos de lavoura e as ferramentas para as carroças e construções. O plantio, a coleta, a criação, a pesca e a caça, quase eliminavam do mercado a procura de gêneros alimentícios. Mesmo os que não possuíam sítios, plantavam nos quintais da Vila, no jundu e na mata, ainda que apenas um pouco de mandioca ou milho, cana, café e banana. Estes, na medida em que obtinham meios de troca com a venda de peixes, palmitos e utensílios domésticos ou com a prestação de diferentes serviços, adquiriam, além do sal, pano e aguardente, algum gênero como feijão, arroz, farinha e açúcar.

Com a ferrovia e o início da exploração comercial do turismo, operou-se um aumento no mercado consumidor, devido às novas oportunidades de trabalho assalariado no tráfego, nos lenheiros,

nos hotéis e serviços esporadicamente prestados aos turistas, como o transporte fluvial. Contudo, isto não alterou de imediato o caráter geral da antiga vida econômica, que vemos como um restrito continuum de baixo grau de variabilidade, no qual é possível assinalar marcos de referência para uma classificação de seus agentes.

Para tanto, tomemos a agricultura como índice, posto sua universalidade permitir, mais do que a pesca e o comércio, o primeiro passo para a configuração dos níveis econômicos. Não o fazemos, porém, simplesmente a partir das diferenças de grandeza das propriedades e da diversidade das técnicas de consecução das tarefas, dada a relativa disponibilidade de terras e uniformidade na maneira de seu trato. Há que considerar, em conexão, a natureza, localização e modo de apropriação do solo; o grau de introjeção de motivos para a ação criada pelo capitalismo e as possibilidades de aproveitamento da técnica de produção consistente no emprêgo do trabalho alienado.

O sucedido em Itanhaém inclui-se no processo de estratificação da antiga sociedade rural, analisado por Antônio Cândido (24), e aquela consideração alinha-se, portanto, como corolário do que já foi por êle demonstrado. Focalizando a estratificação dos agricultores em camadas “pelo nível econômico e as formas de participação cultural”, o autor verificou que “seus antepassados compartilharam originariamente das mesmas condições de vida. Mesmo porque os “sítios da roça” seriam, na maioria, avantajados territorialmente, não apresentando a distinção, em seguida nítida, entre pequeno e grande proprietário. . . Mas a possibilidade de empregar mão de obra servil criou desde as fases iniciais do apresamento um traço de diferenciação, não apenas pela superioridade econômica dos donos de escravos, como pela formação, na estrutura demográfica, dum elemento relativamente desqualificado socialmente — antigo escravo ou descendente de escravo. . . Aí, vemos a antiga indiferenciação do comêço substituída pela estrutura mais complexa que lhe sucedeu, sobrepondo o fazendeiro ao seu parente sítiante (muitas vêzes senhor de tantas terras quanto êle, mas trabalhando-a diretamente), e sobpondo a êste o agregado sem estabilidade”. E ainda destaca entre as condições de diferenciação, junta-

(24) Antônio Cândido de Mello e Souza, *Os Parceiros do Rio Bonito*, (s. d.).

mente com a posse da terra e a exploração da mão de obra, a possibilidade e a tendência dos fazendeiros de acompanhar, na “comunicação regular com os núcleos de povoamento”, as “transformações de vida verificadas nestes, à medida que se processava a marcha lenta da urbanização” (25).

Em Itanhaém, a estratificação, embora sem alcançar as fases desenvolvidas nas áreas da grande lavoura, configurou-se, embriônariamente, da mesma maneira, dada a semelhança de soluções para a situação por toda parte enfrentada pelo colonizador. Ensaian-do a economia monetária em novas circunstâncias de vida, os europeus ali inscreveram as primeiras divisas de uma estratificação, que, a uma vez, diferenciava-os e incluía ou marginalizava os nativos. Dos meados do século XVI, há notícias de donos de engenho de açúcar, e de negociantes ao lado de moradores faltos até da farinha de mandioca; de apresamento de índios no litoral sul e do tráfego de escravos com o Paraguai. Diz Sérgio Buarque de Holanda que “quase um século antes das ofensivas de caçadores de índios sobre o sertão ao sul do Paranapanema, já alguns naturais de São Vicente iam buscar no Paraguai braços para suas lavouras, ao passo que outros, como Paschoal Fernandes, morador em Santos, despovoavam de carijós o litoral entre Cananéia e Santa Catarina...” (26). Segundo B. Calixto houve em Itanhaém índios aldeados, colonos e escravos, feitorias agrícolas e as tropelias do apresador Pedro Corrêa, cuja sesmaria tomava a praia de Peruibe e o sertão até a serra. Com isto se iniciou o processo aculturativo luso-indígena e se traçou o esboço da referida diferenciação, acentuado no tempo em que ali esteve a sede da Capitania para esbater-se com a retirada dos funcionários e dos que tinham comércio, sítios e engenhos, por insignificantes que êsses tenham sido mesmo no quadro da época. Ficaram os frades, os pescadores, os índios e estritas condições de preservação dos modos de atuação econômica e social já em difusão.

O povo teve na terra, tal como no mar, um bem disponível em que não via senão um elemento do habitat e um meio de obtenção de recursos para subsistência, utilizado, em geral, sem imediata ou

(25) Antônio Cândido, *ibidem*, cap. II, pp. 1-2.

(26) Sérgio Buarque de Holanda, *Expansão Paulista em fins do século XVI e princípio do século XVII*, 1948, p. 15.

posterior legalização do direito de propriedade. Assim, por exemplo, a sesmaria doada por Pedro Corrêa à Companhia de Jesus, quando nela ingressou, e que revertera à corôa por ocasião da expulsão daqueles religiosos. Por longo tempo, ficaram as terras à disposição de usufrutuários, sabendo-se que somente em 1813 foi grande parte dada em sesmaria; que em 1851, alguns moradores obtiveram títulos de propriedade das glebas que ocupavam; e que em 1856-57, a Igreja reintegrou-se na posse das terras da *fazenda* e de São João Batista, esta com uma légua de frente para o mar (27). O mais restou devoluto, ocupado ou não por posseiros, dos quais não sabemos quantos poderiam ter legalizado a posse por direito de usucapião. O certo é que, ainda em 1905 (28), o censo registrou apenas 96 estabelecimentos agrícolas, que ocupavam uma área total de 1.320 alqueires, representando 2,3% da superfície do município. Em 1920, foram anotados apenas 4 estabelecimentos, com área total de 1.297 alqueires, queda que julgamos advir da diferença de critério de um e outro recenseamento para a classificação de estabelecimentos agrícolas. De qualquer forma, a maior parte de um pequeno povo, em uma vasta região, não se tornou dono legal do solo que habitava. Assim, no processo ecológico formaram-se dois grupos, cujo comportamento com relação ao regime de propriedade constitui um índice do desnível cultural ocorrente: os *sitiantes*, proprietários legais já no ato da apropriação ou depois dêle; e os *posseiros*, restados na simples ocupação de fato, por não se acharem integrados, pelo menos no momento oportuno, em situações que davam significação à propriedade *de jure*.

Pela posse legal, um grupo estabilizou-se nas terras férteis da área então economicamente melhor localizada. À margem das condições incrementadoras da substituição das matas pela grande lavoura, os sitiantes pouco entravam para o interior, ao longo dos rios, como no lugar denominado Rio Acima, no curso do Itanhaém. Ficaram nas terras mais próximas do mar, cuja menor fertilidade se compensava pela localização. A maioria, 75% em 1905, não possuía mais do que uma vintena de alqueires: 50 dêles até 10; 22 de 10 a 25; outros 22 de 25 a 50; e somente 2 de 50 a 100. Em

(27) B. Calixto, *op. cit.*, 1905, p. 497.

(28) J. F. Canjargo, *op. cit.*, vol. II.

conjunto, as propriedades contavam com 397 alqueires de plantas, correspondendo a 30% de suas terras. Todavia, conforme referências imprecisas quanto a números, variava de um para outro sítio a proporção entre o solo cultivável e o cultivado. Independentemente do tamanho da propriedade, havia sitiantes que tratavam de dois alqueires e ainda menos de culturas temporárias e permanentes, o que os nivelava sob êsse aspecto a muitos posseiros. Disse-nos um sitiante que, até há uns 15 anos, os agricultores cultivavam um pouco de tudo e tinham, às vêzes, sobras para vender. Êle próprio ainda praticava a policultura e a criação; tem plantação de banana, café e cana, prepara o açúcar com uma moenda e um tachão. Plantava e ainda planta, empregando 3 camaradas — mais do que os raros do antigo grupo possuidores de iguais ou maiores áreas de terra. Outros, mesmo tendo “uma terrinha” quase nada plantam. Como nossos antecessores, observamos no solo pobre do jundu, nas cercanias de Itanhaém, roças que não passavam de um pouco de mandioca, cana e banana, ao que se acrescentavam, em certos trechos de Peruibe, algum feijão, café, aves e porcos. Em terras férteis, para o interior de Peruibe e às vêzes às margens do rio Una, vimos roças do mesmo tamanho e maiores, havendo nestas, além da mandioca, cana, café e banana, ainda o feijão, o arroz e o milho. Assim, também entre os posseiros, moradores nas grandes glebas do Estado ou da Igreja, a simples disponibilidade de terras cultivadas não delimitava o tamanho das culturas. Ocorrência semelhante de que esta é miniatura, foi constatada, ainda em 1946, por Nice Lecocq Müller, na vizinha região de Iguape onde, ao lado de pequenas áreas intensamente cultivadas, donos de 100 a 200 alqueires de terra vivem da “pequena lavoura itinerante de manutenção e da exploração dos produtos da mata” (29).

Entre as determinantes de tais comportamentos encontram-se, obviamente, as técnicas agrícolas, que consideramos menos em seu aspecto meramente instrumental e processual do que nas condições de sua utilização. Conforme foram estas, verificaram-se as simplificações ou complicações do equipamento e trabalho agrícolas que, como em tôda a área cultural inclusiva, tinham por denominador comum o machado, a foice, o fogo e a enxada, servindo às

(29) Nice Lecocq Müller, *Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo*, 1951, p. 43.

tarefas de derrubar, roçar, queimar, plantar e capinar. Assim, a ocupação do jundu, das clareiras da mata, das terras já trabalhadas, não exigiam derrubadas; e a combinação da agricultura com a pesca eliminava a limpa das roças, dada, como observou Nice Lecocq Müller, a coincidência do período do trato das plantas com o das grandes pescas. Entre os sitiantes, não pescadores, o melhor equipamento e execução dos serviços participavam das condições de diferenciação interna do grupo, quando relacionados com o número de braços, ao lado da extensão e natureza da terra. E foi da disposição de maior quantidade de trabalho obtido particularmente fora da família, que se originou um diminuto grupo tendente a sair da agricultura de consumo pela venda do excedente da produção.

Em 1805, dos dois lavradores em meio de uma população de plantadores de “mandioca para o sustento”, apenas um possuía escravos, em número de 30. Posteriormente, apenas alguns dos portugueses ou seus descendentes, conforme citação anterior, distribuíam entre si os cativos, cujo número — 235, em 1836, — caiu para 62 em 1874. Feita a abolição, ainda foram poucos os que puderam empregar mão-de-obra assalariada, e em diminuta escala, com fins de produção lucrativa, na lavoura, no engenho, no corte da madeira e nos transportes fluvial e marítimo. Por conseguinte, tomados os casos extremos, verifica-se, sobreposta à diferenciação segundo o regime de propriedade, uma estratificação à base do modo e fim do trabalho agrícola.

Entre os demais da população, ainda anotamos uma distinção, segundo o ajustamento à pesca marítima, que, aumentando, de um lado, a produção de consumo direto, propiciava, de outro, relativa integração nas relações de mercado. Por seu equipamento e tarefas, exigia treinamento em atividades e ajustamento a um tipo de trabalho coletivo que não se revelavam no comportamento manifesto de parte do grupo (30). Fazia-se a pesca durante todo o ano, com linhas, armadilhas e rêdes, havendo, porém, dois períodos de grande atividade nas praias, de maio a julho e de outubro a março. Se a pequena pescaria, particularmente nos rios, era aces-

(30) Sobre equipamento da pesca, cf. Gioconda Mussolini, *op. cit.*, e Eurípedes Simões de Paula, *op. cit.*

sível a todos, as grandes eram praticadas apenas pelos moradores da orla praiana — posseiros e, mesmo, pequenos sitiantes — afeitos ao mar alto e adestrados no lançamento e puxada das rêdes, no conhecimento dos sítios piscosos e reconhecimento da aproximação e grandeza dos cardumes. Os moradores da baixada ficavam adstritos à pesca nos rios com linha e armadilhas de paus de taquara. Aqui, pois, a diversidade da técnica no mesmo setor da obtenção de recursos diferenciava indivíduos relativamente nivelados quanto à produção.

Ainda concorriam para a diferenciação, como já anotamos, o ajustamento a certos tipos de ocupação e possibilidades de exercê-las, como o comércio, o artesanato, os transportes terrestres e os serviços públicos.

Em suma, podemos distinguir, no quadro descrito e tendo em vista situações básicas, um diminuto grupo ocupado na lavoura parcialmente mercantil, no comércio, no artesanato e serviços assalariados; e o restante da população entregue à agricultura de subsistência, diferenciada internamente, por sua vez, segundo as possibilidades de praticar ou não a pesca marítima e neste passo, retomamos o que já de certo modo ficou expresso: a conexão entre aquelas situações de vida sócio-culturais, que entram em sua explicação em tanto que nelas se firmam.

Do antigo modo de vida da população, selecionamos ainda alguns traços, aliás ocorrentes em todo o âmbito da sociedade rural e urbana tradicional (31). A seleção teve em vista delimitar o inquérito a aspectos que tivemos de considerar mais significativos, do ângulo que focalizamos a posterior mudança sócio-cultural. Foi, êste, a determinação do afastamento de Itanhaém com referência às condições de vida desenvolvidas nas áreas em processos de intensiva urbanização.

Tendo assinalado o afastamento em termos de economia de subsistência e economia de troca, passamos a considerá-lo em termos de relações no campo da produção, estrutura social e participação em um tipo de cultura. Nisto também encontramos, nos limites das características comuns a todo o grupo, certas diferencia-

(31) Sobre a configuração econômico-social inclusiva, cf. Antônio Cândido, *op. cit.* A análise exaustiva de uma comunidade litorânea está sendo feita por G. Mussolini, na Ilha de São Sebastião.

ções que discriminamos, na medida em que as julgamos condicionantes da diversidade de posições no processo de mudança. Todavia, ainda em tempo, embora já em elaboração os dados colhidos, pudemos ter um melhor entendimento dos aspectos que nos interessavam, graças à análise da sociedade caipira e aos conceitos que Antônio Cândido elaborou naquele empreendimento. A descrição interpretativa das condições de formação, persistência e crise dos meios de subsistência da referida sociedade forneceu-nos um quadro analítico de referência para fatos de que tínhamos apenas elementos indicativos. E a noção dos *mínimos vitais e sociais*, embora apresentada pelo autor “num sentido mais de imagem que de conceito”, serviu-nos heurísticamente na distinção de níveis econômico-sociais. Tratando da correlação entre as soluções para obter meios de subsistência e a organização neles implicada, em um dado grupo e momento, chegou êle ao estabelecimento de uma equação básica, expressa em termos mínimos: “mínimos vitais de alimentação e abrigo; mínimos sociais de organização para obtê-los e garantir a regularidade das relações humanas”, abaixo dos quais rompe-se o equilíbrio grupal. O grau de arbítrio na utilização do conceito é passível de redução, na medida que a diversidade dos grupos sociais e níveis de vida permitam “comparar as formas extremas de participação nos bens considerados incompressíveis em cada sociedade” (32), caso em que incluímos a antiga população de Itanhaém.

A exposição anteriormente feita sôbre o habitat e os gêneros de vida já contém indicações sôbre a ocorrência de diferenças relativas às necessidades e formas de satisfazê-las. Retomando-a e juntando-lhe novos dados, podemos dizer que, de modo geral, as pessoas com moradia na Vila distinguiam-se dos demais pelo tipo de habitação, equipamento doméstico, disposição de vestuário e dieta alimentar. Constituíam um grupo que possuía — consideradas as variações circunstanciais de quantidade e qualidade — tipos de móveis, louças, vasilhas de metal e talheres então usuais nos centros urbanos, além dos utensílios confeccionados na região, como roda para ralar mandioca, tipiti, pilão e recipientes de barro, madeira e fibra. Nos quintais, havia paiol, chiqueiro, galinheiro e o pequeno fôrno para torrar farinha. Em sua dieta, entravam todos os alimen-

(32) Antônio Cândido de Mello e Souza, *ibidem*. Introdução, pp. 8-13.

tos vegetais e animais já citados. Dispunham de mudas de cama e mesa e de vestes para o uso diário e cerimoniais. A posse desses bens respondia às necessidades de um grupo situado numa área de confluência da cultura rural e de um débil fluxo da cultura urbana da época.

Abaixo daquele nível urbano de necessidades e recursos encontrava-se o dos moradores das casas de pau a pique, entre os quais se observava um gradual decréscimo na posse de artigos manufaturados e na variedade de alimentos, vista a falta de peixe do mar no interior e a pobreza da terra na faixa praiana. Aqui, os casos extremos eram marcados pela posse de raras peças toscas, caixotes e latas, esteiras e alguns objetos da indústria doméstica; pelo peixe, farinha de mandioca, banana, café e garapa. A dieta por vezes se reduzia ao cozido de marisco com farinha *manema* (33), prato a que chamam *jundu*.

A população da baixada interior, moradora em palhoça, levantada sobre estacas quando em terreno sujeito a enchentes, e ranchos que abrigavam 20 ou mais indivíduos, vivia em geral de alguma mandioca, milho e palmito, mais da caça do que da pesca, e da venda de objetos de madeira e fibra. Estes casos podem ser tomados como o limite dos níveis de subsistência do grupo demográfico em seu conjunto.

Nos aldeamentos indígenas, formados por 13 famílias, as condições de abrigo e alimentação deveriam ter sido melhores do que entre aqueles moradores da baixada, a julgar pelo relato de Benedito Calixto. Ali havia plantações de mandioca, milho, feijão, cafeeiros e árvores frutíferas ao redor das palhoças. Os índios confeccionavam canoas, monjolos, rodas de ralar mandioca e tipiti; utensílios de barro, palha, junco e taquara, como panela, prato, caneca, moringa, balaio, cesta, peneira, cóvo e vassoura. Vendiam produtos desta indústria em Itanhaém e Peruibe, onde faziam pequenos provimentos (34).

No entanto, não incluímos os índios em nossos esquemas comparativos, por se equacionarem suas necessidades e soluções em diferente contexto cultural. Ainda hoje, apesar de terem adotado

(33) A *manema*, ao contrário da *farinha de guerra*, não é preparada com o ralo, nem tem a mesma qualidade e durabilidade: é grumosa e menos durável.

(34) Benedito Calixto, *op. cit.*, 1905, p. 505.

elementos culturais da população litorânea, principalmente os da esfera material, preservam “grande parte de antigos valores tribais” (35). No passado, embora em situação de contacto, ainda se encontravam mais integrados, dispensando “o concurso e o convívio com os mestiços, com quem não faziam liga e dos quais de fato nada dependem, porque o seu limitado comércio, a indústria e modo de vida é inteiramente à parte”. Não se intrometiam “no trabalho e nos folguedos dos mestiços” que, por sua vez, participando em diferentes níveis da cultura estabelecida na área, valorizavam-na ao ponto de “insultarem-se quando se lhes diz que descendem dos índios, dos bugres ou gente do mato, como lhes chamam” (36).

Enfim, podemos, anotar que os grupos definiam diferentemente, para seus membros, a natureza das necessidades e recursos, balizados, de um lado, por situações que motivavam as complicações destes, e, de outro, pelas situações que os reduziam ao mínimo requerido pela sobrevivência física.

Aos aspectos materiais das soluções elaboradas para a obtenção de meios de subsistência, relacionavam-se formas individuais e coletivas de atividade econômica. As primeiras verificavam-se sempre que o tipo e extensão das tarefas o permitiam, não só no comércio, artesanato e transporte, como também na indústria doméstica e extrativa, na agricultura e na pesca. Contudo, os trabalhos de tipo urbano caracterizavam-se pela execução individual dos serviços, no todo ou parte; enquanto nos demais ocorriam concomitantemente formas de tarefas coletivas que por vezes lhe imprimiam o cunho específico, como na pesca marítima.

Na agricultura, as plantações exíguas não demandavam mais do que o trabalho de um homem, ou de uma família, circunstância esta em que emergia a forma de trabalho coletivo, baseada em relações que envolviam atitudes e valores de conotação afetiva. Na orla praiana, as diminutas roças feitas nas restingas, deixadas praticamente sem trato, não requeriam o alargamento do âmbito da cooperação agrícola. Ali, a colaboração inter-familiar, fora da pesca, reduzia-se aos préstimos entre parentes e vizinhos, como a de-

(35) Egon Schaden, *op. cit.*, 1954, p. 12.

(36) Benedito Calixto, *op. cit.*, 1905, pp. 498 e 505.

mão em pequenos serviços. Não nos consta que esta tenha a forma típica do mutirão — localmente denominado *muchirão*, *puchirão* e *ajutório* — ocorrente na área dos sitiantes. Mesmo quando a lavoura podia ser tocada e seus produtos beneficiados apenas pelos membros da família, havia circunstâncias em que as condições metereológicas e técnicas requeriam complementação de braços. O indivíduo que, contando ou não com mão-de-obra assalariada, precisasse de alguma ajuda para o cultivo de certa área ou serviços em atraso, convocava os vizinhos e recebia o auxílio dentro de certas normas de conduta. Bastava um sitiante dizer aos amigos: “sábado tenho um ajutório”, e todos compareciam, havendo, contudo, casos de representação através de camaradas. O convocador, além de ficar empenhado em igual obrigação para com os convocados, oferecia-lhes alimentos, aguardente e o *bate-pé*, depois da jornada.

Na pesca, se as atividades com linhas e armadilhas podiam ser praticadas individualmente, o trabalho com as rêdes requeria a associação de numerosos braços: braços para o lançamento da rêde no cêrco ao cardume; braços para o *arrasto* e para a *aparação* dos peixes que saltavam da rêde quando esta tocava a areia. Ao contrário do mutirão, o trabalho não era feito por um convocador, nem por convocação do dono da rêde, participante ou não da pescaria. A canoa e a rêde eram deixadas num rancho, na praia, e os próprios pescadores organizavam os serviços, convocados pela aproximação dos cardumes. Excetuados os peixes colhidos na *aparação*, que ficavam para o aparador, um têtço do pescado cabia ao dono da rêde e o restante era dividido igualmente entre os pescadores. Não havia fornecedor de alimentos e era freqüente os pescadores se alimentarem com peixe, moqueado na própria praia. A pesca, pois, distinguindo-se do mutirão por seu aspecto de trabalho de parceria, a êle se assimilava por seu aspecto de trabalho associado e adstrito a um círculo de vizinhança.

Aquelas formas de ocupação coletiva são explicadas por dois fatos que elas próprias revelam: a estrutura social de vizinhança e a organização autonômica do trabalho num regime de economia de subsistência. Nas vizinhanças do mar a mobilidade demográfica limitava-se a um trecho de praia, girando os indivíduos, em

tôda a sua existência, ao redor de uma mesma rêde de pesca e dentro de uma mesma rêde de relações sociais. Já não alcançamos ver tais agrupamentos relativamente íntegros na sua antiga forma de organização, na cercanias de Itanhaém, mas sòmente mais ao sul até a foz do rio Una.

Os agricultores formavam análogas áreas de vizinhança, nas quais se incluíam, não só proprietários legais, como também posseiros, que encontravam condições de estabilidade graças à existência de terras não disputadas. Dos habitantes do interior mais afastados, sabemos que apresentavam maior mobilidade do que os praianos, ocupando pontos do território que ia das cercanias dos sítios à serra. Tivemos oportunidade de ver pequenos grupos dêles, dos quais julgamos ser a melhor ilustração das condições passadas o de 5 famílias, em Guanhanhá (entre Peruibe e Ana Dias), que praticam atos de ajuda mútua, particularmente na caça, mas não a forma típica do mutirão. Não encontramos famílias isoladas, de numerosos membros, habitando grandes ranchos, como nos constou ter existido e foi observado por Eurípedes Simões de Paula (37). Parece que os mestiços da baixada achavam-se em relativa marginalidade com referência aos grupos de vizinhança, uns superando mais, outros menos, o âmbito da simples cooperação intra-familiar.

Noutro extremo, o grupo da Vila, embora fundamentalmente um círculo de vizinhança, incorporava indivíduos que não participavam daquelas formas de trabalho coletivo. Ali, a cooperação inter-familiar assumia a forma de *demãos* em pequenos préstimos e tarefas de certo vulto particulares, como a construção de casas, ou de interêsse público, como a restauração parcial do Convento. Certamente, havia moradores na Vila que eram membros de grupo de pesca da praia da Conceição, e sitiantes freqüentes em seus sítios, que, nesta qualidade, também participavam dos grupos rurais de vizinhança. Entretanto, outros se excluíam das formas de trabalho coletivo por seu tipo de atividades, havendo mesmo pessoas que se desligavam da área, buscando oportunidade de vida nas cidades — casos que pudemos assinalar já no fim do século passado e que foram mais numerosos na década que precedeu o período de mudança econômico-social.

(37) Eurípedes Simões de Paula, *op. cit.*, p. 23.

Consideradas as diferenças de modalidade e grau de cooperação inter-familiar, a vida social da população configurava-se à base de constelações vicinais, em que eram extensivas à organização do trabalho coletivo relações de natureza afetiva. Os limites daquela vida social eram demarcados por duas ralas franjas de flutuação sócio-cultural: uma, representando a situação dos mestiços da baixada; outra, a situação que propiciava aos indivíduos possibilidades de integrar padrões da vida urbana ou passar para seu âmbito.

Apenas as áreas de vizinhança, formadas por pescadores e pequenos sitiantes, enquadravam-se nas formas fundamentais da sociabilidade caipira, que consiste no agrupamento de um número variável de famílias, “mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, a convivência, práticas de auxílio mútuo, atividades lúdico-religiosas”. Ele é o grupo em que a obtenção dos *mínimos vitais* se faz por uma organização de relações também *mínimas*: “aquém dêle, não há vida social estável, e assim o fenômeno ocasional de morador isolado, que tende a superar êsse estágio, ou cair em anomia; além dêle, há agrupamentos mais complexos, relações mais seguidas com o mundo exterior, características de uma sociabilidade mais rica” (38). O município de Itanhaém não fôra dividido em circunscrições menores: freguesias ou distritos. Além da Vila, com a Matriz e o Convento, cujo guardião servia de pároco para tôda a população, só havia o povoado de Peruibe, afastado da Capela não curada do São João Batista. Todo o território municipal constituía um único distrito dividido em 6 bairros, cujo número não aumentou, pelo menos desde 1836. Estas últimas circunscrições da administração tinham por centros os pontos em que a população era menos rarefeita: as maiores áreas de vizinhança, às quais se ligavam outras menores, como pequenos grupos próximos do povoado de Peruibe; ou a cujo lado emergiam agrupamentos de família, como na zona interior.

A Vila, apesar de sua organização social mais complexa, pode ser definida — considerando a predominância de seus traços rurais — como um bairro diferenciado e especializado em certas funções, que o tornavam polarizador de determinadas atividades

(38) Antônio Cândido de Mello e Souza, *op. cit.*, 1954, cap. I, pp. 38 e 53.

dos habitantes dos outros bairros. Embora se tivesse mantido como cabeça de município por circunstâncias jurídicas, assimilava-se, no quadro estadual dos núcleos de povoamento, às freguesias ou sedes de distritos; e do ponto de vista sócio-cultural, constituía um intermédio entre as formas de sociabilidade do bairro e da Vila.

Outro fato que propiciava a elaboração de formas sociais de ajuda mútua era a economia de subsistência, quase excluindo o mercado de trabalho. Individuais, familiares ou cooperativas, as tarefas tinham geralmente finalidades e limites que permitiam a organização autonômica do trabalho. Por isto entendemos o trabalho organizado por seus próprios executores e usufrutuários imediatos ou não. Em termos negativos: o trabalho cuja organização não cabe a agentes econômicos superiores ao grupo de trabalho e usufrutuários da produção. O regulamento da conduta naquela organização repousava no contexto cultural do grupo. Assim, por exemplo, no calendário da agricultura e da pesca; atribuição de tarefas segundo o sexo e a idade e a competência; a reciprocidade de obrigações; guarda dos dias santificados, velório e enterramento dos mortos. Lembremos, de passagem, que já vem do período escravocrata a valorização da inalienabilidade da força de trabalho na cultura caipira. Seu esteio foi a economia de subsistência, praticada em primeira instância pela família, e as formas de suplementação de braços se adequavam aos padrões que decorriam daquela valorização.

O mutirão, embora criasse condições de liderança na execução das tarefas, não estabelecia subordinação entre convocador e convocado. O mesmo acontecia na grande pesca, onde os parceiros não se subordinavam socialmente ao dono da rêde, ainda quando este participasse das tarefas no papel de líder. Um e outro caso não criavam por si mesmos diferenciações sociais, comparecendo os indivíduos em sua plena qualidade de cooperadores numa atividade de ajuda mútua. Assim, não só reforçavam a organização autonômica do trabalho, mas também funcionavam como recondutores àquele nível de indivíduos que, participando dêle em certas circunstâncias, mantinham, em outras, diferentes relações no campo da produção. Estes eram alguns sitiantes relativamente abastados e uns poucos indivíduos que se assalariavam, inclusive como camaradas de caçadores.

A possibilidade de dispor de mão-de-obra assalariada e o ajustamento da mão-de-obra a esta condição criaram uma reduzida esfera de trabalho heteronômicamente organizado. Inversamente do que acontecia na situação antes descrita, nesta, a organização do serviço cabia a agentes econômicos hierarquicamente superiores ao executor das tarefas e usufrutuários da produção. No entanto, no regulamento desta organização também interferiam, de um lado, condutas afetivamente motivadas pela convivência; e de outro, padrões culturais que marcavam o ritmo dos serviços e tornavam a mão-de-obra relativamente instável com referência àquela forma de relação ou local de trabalho. Embora extensivo à agricultura, comércio, indústria extrativa e transporte, o mercado de trabalho era apenas emergente naquelas condições de vida, em que também apenas emergia o tipo de estrutura social característico das sociedades praticantes da economia lucrativa.

Os pescadores e agricultores, que participavam de um mesmo nível econômico, constituíam grupos cuja estrutura se baseava na distribuição de diferentes status e papéis, estabelecidos segundo os critérios gerais de sexo e idade. Os homens adultos, ocupantes do topo daquela hierarquia, não se distinguiam, por sua vez, senão pelo prestígio pessoal, baseado na maior experiência cultural, adequado exercício de direitos e obrigações e capacidade individual de liderança. Tivemos a oportunidade de constatar este tipo de liderança no grupo do rio Una, relativamente afastado da área de influência de turismo e da bananicultura. No entanto, aquele esquema estrutural apresentava-se sem acréscimos de novos traços, mais entre os pescadores do que entre os sitiantes. Nos bairros agrícolas, as diferenças de cabedais entravam na determinação do status individual e originavam uma estrutura social mais complexa. Como já vimos, alguns sitiantes se diferenciavam dos demais pela possibilidade de dispor de braços assalariados. De outra parte, os indivíduos que se empregavam como camaradas, ao mesmo tempo que eram fator daquela diferenciação, promoviam incipiente estratificação no próprio grupo de que emergiam. Todavia, isto não era de molde a romper a organização das relações no plano vicinal, da qual uns e outros não se desprendiam inteiramente. A alteração de sua forma típica se processava no grupo da Vila, on-

de era manifesta a tendência de classificar — não só seus membros, mas tôda a população — segundo critérios híbridos, elaborados à base de relações de parentesco, vizinhança e valores vigentes nas sociedades urbanas.

Nos 50 anos que abrangem o último quartel do século passado e o primeiro dêste, o número de fogos da Vila passou, em cifras aproximativas, de 60 a 100, dos quais boa parte se ligavam pelo parentesco de seus membros. Até a abertura da ferrovia, dada a quase inexistência de movimento demográfico, as uniões matrimoniais se faziam dentro do grupo local, e mesmo dentro da parentela já constituída. Conforme temos notícia, as principais parentelas vinham se formando no lugar, desde os fins do século XVIII. Quanto às relações de vizinhança, ficou dito que, no aspecto econômico, não se expressavam pelas formas de trabalho coletivo típicas dos bairros rurais, mas pelas *demãos*, embora fôsse maior a ocorrência do trabalho individual autônomo e assalariado, no comércio e transportes, no artesanato e serviços públicos. Acrescentamos que, também aqui, as condutas econômicas não tinham caráter especificamente categórico, mas envolviam elementos afetivos, graças ao parentesco e à convivência. No entanto, na diferenciação dos indivíduos segundo status e papéis, já entravam critérios referentes à disposição de bens e serviços e à participação na cultura de tipo urbano. Sabemos que pequeno número de famílias, cujos membros contavam com um ou ambos atributos, em diferentes graus, assumiam as posições mais altas na ordenação das camadas sociais, difusa na estrutura de relações vicinais. Seus componentes eram agricultores, donos de rêde de pesca, comerciantes, artesãos, proprietários de carro de aluguel, funcionários administrativos e professôres públicos. Geralmente, revestiam-se de duas ou mais daquelas qualidades. Aquelas famílias mantinham relações com outras de áreas urbanas, particularmente de Santos; e foi delas que saíram, a partir do fim do século passado, as primeiras pessoas em busca da cidade, a cuja vida sócio-cultural se ajustaram adequadamente. Além disso, famílias cidadinas iam, desde o comêço dêste século, estagiar em Itanhaém, apesar da viagem de um dia, em carroça pela praia. A intensidade das relações entre hóspedes e hospedeiros e da adopção, pelos últimos, de padrões urbanos

pode ser avaliada pelo nos disse uma informante, membro de grupo-local: as moças do lugar passeavam com os veranistas e “emagreciam de tanto passear e nadar”.

A diferenciação entre os membros da comunidade assumia a forma manifesta nas associações e nas instituições estatais. Diz Benedito Calixto que, quando Itanhaém perdeu o fôro de Capitania, aí ficaram apenas os pescadores, tendo tocado ao Convento a obra de “formar homens mais ou menos instruídos que pudessem ocupar os cargos públicos” (39). Dêsse modo, destacou-se na população um grupo de pessoas, cuja posição de liderança não emergiu de situações de vida características do agrupamento vicinal, mas das atividades de uma instituição que a êles se sobrepunha e em resposta a necessidades de uma organização que lhes era exterior e superior. A participação no sistema administrativo e nas formas de vida cultural de adensamento demográfico e desenvolvimento comercial, nas condições descritas, propiciara a formação de um grupo por critérios seletivos, próprios de sociedades de estratificação mais complexa. Pudemos averiguar que, num período de 50 anos, os membros de uma dezena de famílias ocupavam os mais altos cargos da Câmara Municipal, a sub-delegacia de polícia, o juizado de paz, o cartório, a agência do correio, o pôsto do telégrafo nacional, a agência das classes de primeiras letras; e os cargos diretores das 3 irmandades religiosas, da banda musical e do gabinete de leitura. Contudo, o grupo não conseguia manter aquelas instituições sem a cooperação dos demais habitantes da Vila, das cercanias e mesmo dos bairros, onde a administração pública se representava por um dos moradores investido no cargo de inspetor de quarteirão. Embora houvesse uma tendência ao monopólio dos cargos diretores por algumas pessoas — que chegavam a figurar, concomitantemente, até na diretoria de duas irmandades religiosas —, outras eram escolhidas para a complementação dos quadros.

Não podemos traçar linhas nítidas da estratificação em classes sociais, mas apenas assinalar um difuso pontilhado que se vislumbra através de certos comportamentos, como a escolha para a ocupação de cargos e a seleção de reuniões festivas, que sabemos não ocorrentes nos grupos vicinais de bairro. Tanto aquelas insti-

(39) Benedito Calixto, *op. cit.*, 1895, p. 48.

tuições quanto a estratificação em classes mal se inseriam numa comunidade que se achava ainda basicamente no estágio da economia de subsistência e da organização vicinal. O que desejamos frisar é a existência de uma situação ambivalente, polarizada pelos modos de vida rural e urbana. É esta ambivalência a responsável pela hibridez estrutural, já não só do grupo urbano, mas da população regional quando considerada nas relações que faziam dela um todo.

Pôsto não ter estado toda a população incorporada à economia monetária — mesmo no primeiro quartel deste século —, não nos pareceu adequado focalizar a estratificação de todo o grupo demográfico a partir de critérios referentes à disposição de bens e serviços. Julgamos melhor enfocá-la pelo modo por que os indivíduos se classificavam segundo seus próprios critérios e comportamentos manifestos, tal como fizeram, em outros casos, Warner e Lunt (40) e, entre nós, Emílio Willems (41).

Na exposição já feita, tomado o índice dos níveis de vida material e social, patentearam-se diferenças entre os moradores da Vila e alguns sitiantes, de um lado, e o restante da população, de outro. Elas representavam situações modais de vida em que se achavam, ou para os quais tendiam os indivíduos, e não diferentes posições em uma mesma situação modal. O fato se revelava nas distintas maneiras e finalidades do trabalho, nos critérios seletivos de líderes, atividades administrativas e convivência com grupos situados fora da área. Acrescentamos àqueles dados o fato significativo da restrição dos quadros associativos ao grupo urbano, mesmo os de caráter religioso. Embora toda a população se congregasse em uma mesma igreja e participasse de seus atos e festas — particularmente a procissão de N. S. da Conceição, a romaria anual à Capela de São João, as festas juninas e as folias do Divino —, não temos notícia de se terem organizado irmandades nos bairros, mesmo no de Peruibe, em que havia capela. Segundo Benedito Calixto, em Peruibe, “sem pastor espiritual, agrupados em torno de

(40) Warner e Lunt, *The Social Life of a Modern Community e The Status System of a Modern Community* (Yankee City Series — New Haven, Yale University Press), Vols. I e II, 1941, 1942.

(41) Emílio Willems, “Velhos e novos rumos no estudo das classes sociais”, *Sociologia*, vol. X, n.ºs 2-3, São Paulo, 1948 e *Cunha, Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil*; Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1947.

sua igreja arruinada, têm os descendentes dêsses índios, vivido até os nossos dias nesse estado de abandono e desânimo, em que os vemos cultivando as suas terras..." (42). Em mais de uma passagem, o historiador distingue a população mestiça da população da Vila, que afirma não ser infensa à civilização, tendo mantido Itanhaém na categoria de Vila, apesar das dificuldades que teve de vencer. Outro membro do antigo grupo, em entrevista, distinguia expressamente os moradores da Vila dos praianos (43) e referia-se a Peruibe como um bairro que fôra "sempre atrasado e sem importância".

De outra parte, distinguiam-se por suas situações culturais típicas, os moradores do grupo de vizinhança e o reduzido número de habitantes da baixada, que se postavam na orla extrema da *civilização*. Relembramos que as distinções eram menos significativas no plano da vida material, do que no da vida social, apesar da tendência e possibilidade de adoção de traços da cultura do grupo urbano, por parte dos que se situavam na área de convergência bairro-vila. Contribuia ainda para aquela diferenciação, a atividade educacional do Estado, instalando classes de primeiras letras em um e outro bairro. Assinalamos, sucedendo aos frades no magistério, professores públicos na Vila, a partir de 1857 e, em 3 bairros, a partir de 1873 (44), o que demonstra a persistência da escola na elaboração de atitudes valorativas da cultura urbana presente, nos agrupamentos de vizinhança. Assim, por seu nível de vida sócio-cultural, os membros dêsses grupos se distinguiam dos habitantes da baixada interior, tanto por seu comportamento manifesto, quanto por seus próprios critérios de classificação dos indivíduos. E o caráter cultural de tais critérios está expresso na denominação dada àqueles mestiços da baixada: *tabacudo*, termo que não indica uma situação econômica mas, pejorativamente, o primitivismo de seu modo de vida.

Enfim, aquêles agrupamentos, enquanto considerados em sua constituição interna, representavam situações modais de vida sócio-cultural, relativamente diferenciadas. Enquanto, porém, conside-

(42) Benedito Calixto, *op. cit.*, 1905, p. 498.

(43) Segundo este informante, o termo *caigara* era corrente no litoral norte, mas não em Itanhaém, onde os pescadores eram chamados *praianos*. O termo *caigara* foi difundido pela população adventícia.

(44) Almanques de 1857 a 1873.

rados com referência ao seu grau de integração a um dado tipo de cultura, assumiam o caráter de camadas da estrutura social do grupo demográfico. A ocorrência concomitante de elementos característicos da estratificação em classes sociais decorria da ação econômica de uma pluralidade de agentes, que se situavam nas posições mais altas daquela gradação.

III

AS ATUAIS CONDIÇÕES DE VIDA

De Itanhaém para Santos, partia-se de manhã; almoçava-se a meio caminho; pousava-se antes do canal, sem ponte, que era atravessado em canoa, na manhã seguinte. Ou, então, fazia-se a viagem à noite, transpondo o canal pela manhã. Com o trem, o tempo encurtou a distância. Os itanhaenses podiam alcançar Santos em menos de duas horas. Então “começou a acabar a antiga sociedade de Itanhaém”.

A facilidade de locomoção propiciou um encurtamento da distância cultural com a cidade, iniciando-se uma evasão da área, liderada pelos moços da Vila e cercanias, os quais, no entanto, continuaram mantendo ligações com a antiga comunidade. Simultaneamente, principiou a invasão de adventícios, atraídos pela construção da estrada e tráfego ferroviário, pela perspectiva de novo mercado de bens e serviços e pelas terras de lavoura disponíveis. Conforme informação oral, entre 1915 e 1920 o contingente de adventícios já era maior do que o de retirantes, sendo assim o balanço favorável ao aumento demográfico. Naquele quinquênio, entraram trabalhadores nacionais e estrangeiros (particularmente portugueses e espanhóis) para os serviços da ferrovia; comerciantes destas últimas nacionalidades, seguidos quantitativamente por italianos, alemães e sírios; e agricultores japoneses, que se localizaram na divisa com o município de Iguape. As proporções daquela invasão podem ser avaliadas pelo número de estrangeiros — afora seus descendentes no país — que representava, em 1920, mais de um quinto da população, recenseada em 4.228 habitantes. Certamente, nem todos ainda permanecem no município. Averiguamos, porém, que muitos daqueles comerciantes continuam ali residindo; e que alguns trabalhadores da ferrovia, chegados naquele período, tornaram-se citiantes. Às entradas e saídas na orla praiana, juntou-se

a invasão ocasionada pela bananicultura, em concomitância com o êxodo de que têm participado, nestes últimos 20 anos, não só elementos da antiga população, como também adventícios da zona rural. Como veremos, o município foi envolvido no processo de mobilidade demográfica que se verificou em todo o Estado e, mesmo, em todo o país.

O processo ecológico de substituição, na praia, acompanhou o movimento turístico: muito lento até 1930-35; vagaroso até 1940-45, assumiu desde então um ritmo acelerado, tendo-se já completado praticamente, em toda a extensão da praia Grande e na praia de Itanhaém. Desde 1920-25, os veranistas vinham criando um mercado imobiliário, que se alargou grandemente durante a guerra e os anos seguintes. E na medida em que as terras se valorizavam, os antigos moradores foram vendendo suas propriedades — terrenos e prédios — e mudando-se, em geral, para São Vicente, Santos e São Paulo. Pode-se dizer que toda a praia, de São Vicente a Itanhaém, na profundidade do mar à ferrovia, acha-se loteada, em mãos de companhias imobiliárias ou proprietários individuais. Falando-nos da especulação com os imóveis naquela região e da grandeza de gleba loteada, disse-nos o engenheiro de uma das companhias que não se construirá em todos os lotes, nem em 50 anos. Em Itanhaém, o loteamento já alcançou as primeiras terras da praia de Peruibe.

“O veranista chega e o caiçara sai”, diz Araújo Filho (1). E quando não sai de sua área geográfica, sai de sua área sócio-cultural.

Em Itanhaém, encontramos apenas 3 das antigas famílias dominantes, com parte da parentela residindo em São Paulo, e poucas outras habitando geralmente as cercanias da Vila. Nos agrupamentos da redondeza, são elas hoje minoria. O grupo de pesca já não se constitui apenas de nativos, pois averiguamos existir ali pessoas vindas da área vicentina. O maior remanescente da velha população praiana localiza-se mais ao sul, para além das praias de banho.

E’ significativo o fato de que, hoje, dizem-se “velhos moradores” de Itanhaém, pessoas ali radicadas há mais de 8 ou 10 anos. A grande maioria da população atual nem sequer conhece as fa-

(1) Araújo Filho, *op. cit.*, p. 36.

mílias remanescentes do antigo grupo da Vila e aponta indivíduos dos primeiros contingentes de adventícios como os mais antigos moradores. E é comum apontar-se todo e qualquer habitante das áreas praianas mais afastadas como “caiçaras”, ainda mesmo quando são adventícios. De outra parte, membros de uma das antigas famílias, falando-nos das mudanças nas condições de vida, queixou-se da atual situação das relações sociais. E uma criança, cuja família, do velho grupo dominante, mudou-se para São Paulo, disse-nos que “não gosta de ficar em Itanhaém, porque quase não tem com quem brincar”.

Os antigos moradores que não se retiraram da região têm-se integrado, em diferentes graus, nas novas condições de vida, participando de modo permanente ou temporário em suas formas de ocupação e relações sociais. Encontramos “caiçaras” trabalhando, não só na lavoura e nos lenheiros, mas ainda nos transportes, obras públicas e pequenos serviços ligados ao turismo.

Outra onda invasora foi a que se orientou para a baixada interior. Por volta de 1930, os pioneiros da bananicultura no litoral sul, adquirindo *posses* nas margens dos rios Branco e Aguapeú, deram início ao povoamento efetivo do interior. Reportando-nos a Araújo Filho, cujo pai foi um daqueles pioneiros, contavam eles “encontrar trabalhadores na própria zona, quer nas vilas e suas praias próximas, quer mesmo em certos trechos dos rios. Mas desde logo viram que não podiam valer-se do braço local, pois nem o caiçara, nem o tabacudo, dariam conta da tarefa”. Em tais circunstâncias os novos sitiantes recrutaram o grosso de seus camaradas em outras áreas: até 1932-33, obtiveram mão-de-obra em Santos (espanhóis, portugueses e alguns negros) e entre os praianos de Ubatuba e Parati; posteriormente, em alguns lugares planaltinos, como Itapeperica e Salesópolis; e a partir de 1940, a maioria dos braços têm sido nordestinos (2). Atualmente, no contingente dos trabalhadores dos banais ainda predominam os baianos e pernambucanos, seguidos de alagoanos e sergipanos, assinalando-se entre eles, em menor número, cearenses, fluminenses e paranaenses

(2) Cf. Araújo Filho, *ibidem*, pp. 37 e 61.

(3). Anotamos, entretanto, a crescente entrada de trabalhadores de municípios do interior sul do Estado, como Xiririca, Itapeva e Itararé. Esta sucessão não foi o resultado da simples solicitação da maior quantidade de mão-de-obra, na medida em que aumentavam as plantações. Desenvolvendo-se no período mais intenso da migração rural e urbana, a bananicultura tem tido uma população trabalhadora extremamente flutuante. A maioria, depois de algum tempo de serviço tem-se mudado para as vilas da região ou grandes centros urbanos, envolvida no êxodo rural, cujo início pode ser marcado no quinquênio 1935-40, tendo sua fase mais intensa até 1950 (4). Poucos daqueles adventícios têm-se fixado na região, alguns adquirindo terras, outros trabalhando como camaradas, fazendo viagens temporárias a sua terra natal.

Além daqueles trabalhadores, os japoneses entraram pela divisa sul do território municipal, e em maior número a partir de 1940, estabelecendo-se principalmente para os lados de Itariri. Mas também são encontrados na vila de Itanhaém, onde algumas famílias cultivam terras situadas atrás do morro do Convento.

A população nativa participou muito pouco do desbravamento da baixada, da plantação e trato dos bananais. A maior parte dos sitiantes, proprietários legais ou posseiros, transferiu os direitos sobre suas terras, na medida em que avançava a bananicultura, mudando-se para as zonas urbanas, de preferência Santos e São Vicente. Nesta última cidade existe mesmo uma pequena vila habitada por retirantes do litoral sul. Alguns, no entanto, não venderam seus sítios, "na ilusão do dinheiro", como nos disse um deles que é hoje um pequeno bananicultor. Outros, como algumas famílias de tabacudos, ainda se conservam em suas pequenas porções de terra pobre, inadequada ao cultivo da bananeira, e trabalhando esporadicamente para terceiros. Mas, também há tabacudos, sem *posses privadas*, que vivem sempre em recuo para as terras devolutas mais afastadas.

(3) Em 1950, dos 8.440.768 brasileiros natos existentes no Estado, 12,80% provieram de outras unidades da Federação; e destes, 17,56%, da Bahia, cf. VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, I.B.G.E., 1953.

(4) Estima-se que entre 1940 e 1948, entraram somente na Capital cerca de 700.0000 pessoas, provenientes de localidades do interior e, em grande parte, da zona rural. Cf. Vicente Unzer de Almeida e Otávio Teixeira Mendes Sobrinho, *Migração Rural-Urbana*; Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1951.

Neste processo de invasão e sucessão, alterou-se a proporção entre o número de habitantes das zonas rurais e urbanas, acompanhando o movimento demográfico de Santos e do planalto.

Nas áreas que temos comparado, registraram-se os seguintes aumentos de população:

	1934	1940	1950
Estado	6.183.559	6.897.105	9.134.323
(s./litoral)			
Santos	149.869	173.107	198.981
Litoral Sul	77.034	86.579	131.004
Litoral Norte	24.765	23.525	24.469

Naquelas mesmas datas assim se distribuíam, as citadas populações, segundo a situação do domicílio:

	1934		1940		1950	
	rural%	urbana%	rural%	urbana%	rural%	urbana%
Estado	64,23%	35,77%	56,74%	43,23%	47,39%	52,61%
(s./lit.)						
Santos	10,30%	89,70%	5,70%	94,30%	2,25%	97,75%
Lit. Sul	79,62%	20,38%	73,10%	26,90%	59,26%	40,74%
Lit. Norte	89,17%	10,83%	77,45%	22,55%	70,90%	29,10%

A intensificação da concentração demográfica em cidades, vilas e povoados, geralmente observada em todo o Estado indicada por aquêles grandes números, assim se verificou no primitivo território municipal de Itanhaém, alterando o antigo quadro do povoamento:

	pop. total	pop. rural %	pop. urbana-suburbana % (5)
1934	9.046	92,6%	7,4%
1940	10.878	83,6%	16,4%
1950	13.882	36,6%	63,4%

Na orla praiana, a vila de Itanhaém continua a destacar-se como o maior núcleo demográfico, tendo sua população fixa passado de 800 habitantes, em 1934, para 1.781, em 1940, e 2.285, em 1950. Ainda, tendo-se em vista a concentração de veranistas, podemos acrescentar, àquele número, no mínimo igual quantidade de habitantes temporários. Com isto, elevou-se o número de prédios no sítio urbano: de cerca de 200, em 1934, a 499 em 1951. Dêles, 10 possuem 2 pavimentos; 405 são construídos de alvenaria; 60,

(5) Juntamos sob esta rubrica, em 1950, as populações de Itanhaém, Itariri, Mongaguá e Ana Dias.

de madeira; e 34 de outros materiais; 450, são servidos de água encanada; e 312, de luz elétrica. Dos 37 logradouros públicos, apenas 21 contam com focos de iluminação. As ruas, na medida em que avançam para a periferia da vila apresentam maiores áreas vazias. Por outro lado, no centro, mesmo os quintais das velhas casas já foram tomados por novas construções.

A ocupação do atual sítio urbano, segundo Araújo Filho, fêz-se em 3 etapas: até 1915, constituiu-se o núcleo primitivo da Vila; daquela data a 1930, abriram-se as duas áreas que o ladeiam, descendo a maior delas rumo à barra do rio, pelo atêrro levantado para a extensão da via férrea; e depois de 1930, a chamada *Vila Operária*, à margem da ferrovia, e a *Prainha*, para além da barra do rio (6). De nossa parte, juntamos a êsse zoneamento baseado na sucessão cronológica de abertura das áreas sua distinção segundo a predominância de certos tipos e funções de prédios e características mais aparentes dos moradores:

1) O núcleo central, que toma o sítio primitivo da Vila, contando com 153 prédios, de taipa ou tijolo, em geral velhos ou reformados, construídos rentes ao passeio e lateralmente justapostos. Dêles, 123 são usados para residências e 30 para outros fins, como cultos religiosos, serviços públicos, comércio e oficinas.

2) Os trechos que ladeiam o núcleo central, contando, em conjunto, com 188 prédios, dos quais 179 usados para moradia e 9 para outros fins. Suas casas são tôdas de tijolo ou madeira, predominando as primeiras, sendo muitas delas amplas e isoladas das construções vizinhas. Dêsses trechos, o mais edificado é o que se situa entre o núcleo central e a barra do rio.

3) A *Prainha* e a *Praia do Sonho*, que contam com 5 casas comerciais e 79 residências, quase tôdas de tijolos, muitas de alto custo, levantadas em terrenos amplos e ajardinados.

4) A *Vila Operária*, com 108 prédios, dos quais 4 usados pelo comércio. Suas casas são pequenas, construídas de tijolo ou madeira, rentes ao passeio e em geral justapostas.

(6) Cf. Araújo Filho, *op. cit.*, 1950, p. 50.

5) A periferia da vila, onde há casas de madeira e de pau-a-pique, estaleiros, depósitos para bananas e uma área hortense, atrás do morro do Convento.

No quadro da população fixa, as pessoas de altos e medianos recursos financeiros residem, em geral, em casas próprias ou alugadas e hotéis, localizados no centro urbano. São escassos nos trechos laterais e raros nos bairros da praia. As camadas de menores recursos, em sua maior parte, habitam moradias próprias ou casas e cômodos alugados, no Bairro Operário. Os restantes dispersam-se pelas demais áreas, onde ocupam prédios à margem da ferrovia e do rio e na periferia da vila. No quadro da população flutuante, as pessoas de altos e medianos recursos financeiros alojam-se em casas próprias ou alugadas e hotéis, concentrando-se nas praias e no trecho que as liga ao núcleo central, rareando nesta área e na que fica oposta à Prainha. Aqui, nos sítios mais recuados do mar, na Vila Operária, predominam os veranistas que menos dispendem com o alojamento, ocupando casas próprias ou alugadas, cômodos em habitação de terceiros e colônias de férias.

Neste zoneamento, as áreas foram demarcadas, tomando-se como ponto de referência o sítio da primitiva vila que ainda se mantém como seu centro comercial e administrativo. Contudo, não se tendo a povoação desenvolvido pela predominância das atividades econômicas de entrepostos da zona rural, não coube ao seu centro a exclusiva orientação do alargamento do perímetro urbano. A função culturalmente atribuída ao mar pela população flutuante promoveu, neste quarto de século, a formação da Prainha, que tem orientado a expansão da vila, quer pelo aumento das edificações ao longo da praia, quer incrementando as construções no trecho que a separa da área comercial. O mar, na medida em que tem perdido parcialmente sua primitiva função econômica, adquire outra, que o mantém em sua qualidade de eixo orientador do povoamento na orla praiana.

A ferrovia, criando novas formas de ocupação, alterou o antigo tipo de povoamento disperso, promovendo o aparecimento de pequenos núcleos nos 17 pontos de parada do trem, além das estações nos povoados de Itanhaém, Peruibe e Juquiá. As casas praianas — diz Araújo Filho — que antes tinham as frentes para o

mar “hoje voltam-se para o interior, à beira da linha férrea, onde, nas paradas existentes, se criaram aglomerações de meia dúzia de casas com as infalíveis vendas para vender cachaça” (7). No entanto, nem tôdas assim permaneceram, graças às novas condições de vida econômica criadas pelo turismo, pela bananicultura e, concomitantemente, pelo desenvolvimento dos transportes.

Na Praia Grande, as edificações, mais numerosas nas cercanias de São Vicente, rareiam pelas terras loteadas, até Mongaguá. Aí, antigo lugar de pescadores, ergue-se agora um povoado, já elevado à categoria de sede distrital. Sua população fixa era de 726 habitantes, em 1950, sendo numerosos os turistas que se alojam em um hotel e casas particulares. Mais adiante, próximo de Itanhaém, o *Suarão*, com um hotel, Igreja, cinema e casas de veranistas já se apresenta como um novo ponto de aglutinação demográfica. Apenas na praia de Peruibe, onde há somente um hotel, e terras loteadas na vizinhança de Itanhaém, o povoamento continua disperso como antes, com seu velho bairro bem mais para o sul. Ali, no entanto, delinea-se um novo núcleo de turismo que já conta com um hotel, três pensões e uma vintena de casas de veranistas.

No interior do antigo território municipal, a agricultura e a ferrovia modificaram o antigo tipo de povoamento, promovendo a formação de núcleos demográficos, nas paradas do trem e sítios de banana. Nas estações ferroviárias surgiram 4 pequenos aglomerados de casas, em geral de madeira e de pau-a-pique e a vila de Itariri. Esta, simples parada de trem até 1930, e pequeno povoado até 1940, já contava, em 1950, com 1.312 habitantes. É hoje sede de município, possuindo iluminação elétrica pública e domiciliar. Na zona rural, o emprêgo de braço assalariado em grande escala promoveu o tipo de povoamento característico das áreas das grandes lavouras: pequenos agrupamentos de distância em distância. Fora das grandes plantações, os moradores já estão mais dispersos pelos pequenos sítios ou terras devolutas.

Quanto às atividades principais da população, assim se distribuíam os habitantes maiores de 10 anos, em 1940 (8):

(7) Araújo Filho, *op. cit.*, 1950, p. 33.

(8) *Sinopse Estatística do Município de Itanhaém*, I.B.G.E., 1948.

- Agricultura, pecuária e silvicultura — 2.850.
 Indústrias extrativas — 668.
 Indústria de transformação — 119.
 Comércio de mercadorias — 138.
 Transportes e comunicações — 173.
 Administração pública, justiça e ensino público — 69.
 Defesa nacional, segurança pública — 6.
 Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada — 10.
 Serviços, atividades sociais — 62.
 Atividades domésticas, atividades escolares — 2.755.
 Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades não definidas ou mal declaradas — 902.

As diferenças entre o antigo e o atual quadro econômico, já indicada pelos dados anteriores, mais se destacam quando se considera o aparecimento de novas formas de ocupação, tanto na zona urbana quanto rural. Conforme o levantamento que nos foi possível efetuar são hoje explorados o comércio de sêcos e molhados, fazendas e armazéns, louças e ferragens, hotéis, bares e restaurantes; combustíveis vegetais, energia e material elétrico; comércio de terras e material para construção; cinemas e outros tipos de casas de diversão; serviços médico, odontológico e farmacêutico; indústria de doces de banana, de tamancos e de artefatos de conchas; corte de lenha, preparo de carvão e extração de areia; indústria da construção civil e obras públicas municipais e estaduais; oficina mecânica e estaleiro; transporte ferroviário, rodoviário e fluvial; comunicações postais, telegráficas e telefônicas. Os serviços públicos educacionais e assistenciais são constituídos pelo quadro administrativo da prefeitura, cartório, tabelião, coletorias, caixa econômica, delegacia de polícia, correio e telégrafo, posto de saúde e centro de puericultura, sociedade pró-maternidade e infância, biblioteca pública e 19 escolas estaduais e municipais.

Além da banana e do peixe, a região exporta doce e licor de banana, tamancos, artefatos de conchas, lenha, carvão, madeira e, ultimamente, algum cereal (principalmente arroz) e verduras (vagens e tomates). As mercadorias importadas constam principal-

mente de material para construção, fazendas, armarinhos e vestuários, bebidas, alimentos em conservas e combustíveis líquidos. Quanto ao volume das mercadorias anualmente negociadas, apenas obtivemos dados referentes às transportadas pela ferrovia. Suas composições carregaram, na estação de Itanhaém, em 1951, 17.444.347 quilos de mercadorias (principalmente banana), e descarregaram 6.887.071 quilos (principalmente de tijolos) (9). Além disso, outra porção não conhecida por nós de gêneros e artigos manufaturados é transportada por caminhões e lanchas de grande tonelagem, que trafegam entre os bananais e Santos. Uma rede comercial estende-se daquela cidade aos pontos de parada de trem e armazéns dos sítios, distribuindo mercadorias e recolhendo os produtos da lavoura, indústria e pesca. Embora os grandes negócios de banana sejam realizados em Santos, há alguns grandes bananicultores que compreem a produção de pequenos sítiantes, e a *linha* é percorrida por agentes de compra e venda.

A terra deixou de ser um simples meio de produção precipuamente de subsistência, tornando-se um meio de produção para o mercado e, conseqüentemente, um bem de troca em si mesmo. Já anotamos que velhos proprietários, legais ou posseiros, venderam suas terras, tendo a maioria "se despatriado" e poucos permanecendo, alguns já sem dinheiro, trabalhando como camaradas ou tomando nova posse. Como tivemos oportunidade de averiguar, há ainda os que tomam posse de glebas sucessivas com o único fito de vendê-las a novos adventícios.

Com o avanço da lavoura comercial, o número de estabelecimentos agrícolas elevou-se a 228, em 1934, e 362, em 1940, quando tomavam em conjunto 5.988 alqueires, dos quais 1.592 cultivados (10). Em grande parte daqueles sítios, não se produz senão banana, pois que "os grandes agricultores nem querem ouvir falar de outras plantas". Os bananais são roçados de 3 a 5 vezes por ano, as colheitas são feitas 2 a 3 vezes por mês, e os grandes bananicultores têm por norma não ocupar terras e braços com outras produções. Aham mais rendoso adquirir e revender gêneros alimentícios, ou fornecer o rancho aos trabalhadores sem família,

(9) Dados colhidos na estação ferroviária local.

(10) J. F. Camargo, *op. cit.* Vol. III, ab. 102.

que ainda constituem a maioria dos camaradas. No entanto, com a entrada de trabalhadores de municípios paulistas, acompanhados da família, já se observa em alguns grandes sítios raras e exíguas roças de feijão e milho.

A bananicultura, apesar de tocada pelo serviço inteiramente braçal e técnicas rudimentares de plantação (11) trato e colheita, criou algumas tarefas especializadas, principalmente na zona da grande rêde de rios. Além do administrador do sítio, destacam-se, entre os trabalhadores, o *valeteiro*, incumbido de abrir as valas de drenagem; o *debastador*, encarregado de eliminar o excedente de rebentos das bananeiras. Nos grandes sítios, as bananas são transportadas, do interior ao pôrto fluvial, por *troles*: composição de vagonetas, que correm sôbre trilhos de 60 cms. de bitola, puxadas por um carro com motor a óleo cru ou gasolina. O *lancheiro* é o encarregado de levar o produto até Itanhaém, onde é transportado para os vagões da ferrovia, ou diretamente até o pôrto de Santos. Nos pequenos sítios e em tôda a zona mais ao sul, onde não há o recurso da navegação fluvial, o transporte é feito por caminhões até a ferrovia ou Santos e, ainda, por veículos de tração animal, que trafegam até as paradas do trem. Nesta última área, já há pequenas propriedades especializadas na cultura do arroz ou legumes (vagens e cenouras), agriculturas praticadas pelos colonos japoneses e seus descendentes. Ali, os posseiros remanescentes do antigo grupo já cultivam, em diminuta escala, arroz e feijão para o mercado.

A agricultura e a criação com fim estritamente de subsistência entraram em decadência também na orla praiana, onde as novas formas de ocupação têm atraído a maior parte dos caiçaras. Como assinalamos anteriormente, da foz do Una a Itanhaém observa-se um decréscimo, por família, da área cultivada, espécies plantadas e número de aves e suínos. Verifica-se ali, por parte das novas gerações, um crescente abandono das atividades agrícolas e a procura de meios de subsistência através de ocupações ligadas ao turismo, transporte, comércio e indústria. Observamos que as exíguas e descuidadas roças nas cercanias de Itanhaém definham, entregues a indivíduos idosos e crianças de ambos os sexos, enquanto os moços,

(11) Sôbre a técnica da bananicultura, cf. Araújo Filho, *op. cit.*, pp. 62 e 65.

cu emigraram, ou cuidam de outros afazeres. Preferem adquirir, em vez de produzir, até mesmo a farinha de mandioca.

Entre os que ainda praticam a grande pesca, muitos a combinam com diferentes atividades como o corte de lenha e a extração de areia; enquanto outros a ela se restringem inteiramente. A grande pescaria, que era antes uma atividade geral da população dispersa pelas praias, tende atualmente a se tornar tarefa especializada, embora sua produção tenha decrescido na área da Vila. Em tôda a região, não há emprêsas de pesca possuidoras de barcos *dinamarqueses*, cujo aparelhamento permite apanhar 20 toneladas de peixe por viagem; nem frigoríficos para a conservação do pescado. No entanto, mesmo utilizando o antigo tipo de equipamento, já há empresários de pesca em Itanhaém e Peruibe. Nesta praia, ainda se apanha como em outros tempos, a média diária de 2 mil quilos de peixe, nas temporadas. Mas, em Itanhaém, aquela quantidade se reduz, por vêzes, a menos da metade. Os empresários de pesca estão ligados aos revendedores de Santos, para onde enviam o pescado, reservados uns 100 quilos diários para a venda no mercado da vila. A remessa do peixe a Santos é feita por caminhões ou pela ferrovia, no caso do produto não montar a mais de 500 quilos.

Em suma, desenvolveram-se em Itanhaém, nestes últimos 20 anos, padrões ecológicos e econômicos vigentes nas áreas pioneiras da produção mercantil. Este processo, motivado pelo turismo e pela bananicultura, não se fêz à custa de transformações operadas na antiga comunidade, permanecida em seu sítio geográfico, mas graças a um movimento de invasão e substituição demográfica. Os adventícios aproveitaram as oportunidades oferecidas pelo alargamento do mercado, extensão da lavoura especializada e ampliação dos serviços públicos, sem encontrar expressiva competição por parte dos antigos moradores. A maioria dêstes, por sua vez, à medida em que se desintegrava sua comunidade e passava a participar das novas condições de vida, teve ampliado o horizonte cultural e buscou novas ocupações e posições sociais em outras áreas, principalmente nos maiores centros urbanos. O remanescente vem sendo envolvido no mesmo processo de mudança sócio-cultural, que se apresenta mais intenso nas áreas do turismo e da lavoura mercantil.

A diversidade das condições materiais de vida apresenta-se hoje dentro de amplos limites, demarcados pelas necessidades e correspondentes soluções criadas pela sociedade urbana e industrial. Os mais altos níveis de vida, da Praia Grande a Pe-ruibe, resultam de ações conformadas a um dos modos de disposição do ócio elaborado pela população citadina do planalto. Um grupo de veranistas edificou casas amplas e ajardinadas, cuidadosamente equipadas de móveis, utensílios, roupas e objetos de ornamentação. Seus trajes e dieta são variados, sendo grande parte dos alimentos trazidos de Santos e de São Paulo, em seus automóveis. Entre os que obtêm recursos de subsistência fora da área de Itanhaém, o escalonamento dos níveis temporários de vida material está demarcado, no outro extremo, pelos ocupantes de pequenos cômodos alugados e da colônia de férias para operários (12). Dentro daqueles limites, a gradação abrange veranistas hospedados em diferentes tipos de casas, próprias ou alugadas, em hotéis ou colônias de férias.

Na população fixa, os marcos daquela escala são encontrados, de um lado, entre os moradores das casas medianas da Vila — geralmente velhos prédios reformados —; e de outro lado, entre os ocupantes de barracões de madeira e casas de pau-a-pique. De uns a outros, os índices considerados decrescem até a simples posse de tarimba ou esteira, raros utensílios de cozinha e instrumentos de pesca; à roupa do corpo e à dieta que, por vêzes, resume-se ao marisco, farinha, banana, palmito, café e garapa. Até mesmo o peixe fresco é pouco consumido pela camada mais pobre, devido ao seu alto preço e à preferência dos pescadores em vendê-lo e adquirir gêneros, que não produzem, e artigos manufaturados, que vêm substituindo os da antiga indústria doméstica. Como dissemos, apenas em lugares mais distantes da área do turismo ainda permanecem condições para uma relativa economia de subsistência.

Na zona interior, afastam-se menos os extremos dos diversos níveis de vida. O tópo da gradação, ocupado por um pequeno número de moradores da vila de Itariri, povoados e sítios, corresponde, em geral, ao nível médio da escala observada na popu-

(12) Há, na Vila, as colônias de férias da Companhia Municipal de Transportes Coletivos, da Juventude Universitária Católica, dos Padres Beneditinos, da Seguradora Paulista; e em Mongaguá a do Centro Operário do Ipiranga.

lação urbana de Itanhaém. Os grandes bananicultores são absenteeístas. Não possuem residências em seus sítios, nem mesmo para vilegiaturas, ali comparecendo raramente para rápidas vistorias. Suas lavouras ficam entregues a administradores, cujos níveis de vida sobrelevam-se ao dos camaradas, menos pela alimentação do que pelo abrigo. Habitam casas de madeira, e possuem alguns móveis e utensílios manufaturados. Grande número de pequenos sitiantes, de diferentes nacionalidades, não usufruem, apesar de suas posses, condições de vida melhores do que as de certos feitores. Por outro lado, se entre aquêles encontramos os que residem em casas de tijolo e possuem veículos a motor, também observamos posseiros habitando casebres, em um nível de vida comparado ao dos trabalhadores assalariados das zonas rural e urbana.

Nos grandes sítios de banana, o abrigo padrão consiste na “*casa da sede*”, ocupada pelo administrador, e no barracão com tarimbadas, raramente camas, onde dormem os camaradas sem família no lugar. São construções de madeira, levantadas sôbre estacas, cobertas de telha ou zinco, isoladas ou formando um único corpo. O espaço inferior é tomado pelo armazém, depósito de ferramentas e refeitório dos camaradas, constituído de mesa e de bancos. Os barracões, em que se alojam dezenas de homens, são comparados por Araújo Filho ao “tipo clássico de habitações coletivas usadas na Amazônia na época do *inverno*” (13). Ao lado dêsse tipo de moradia, há dispersas casas de pau-a-pique, barreadas ou não, cujo número vem aumentando com a crescente entrada de trabalhadores acompanhados da família, provenientes de municípios paulistas. Tanto no refeitório coletivo, como nas casas, a alimentação se restringe ao feijão, farinha, arroz, carne sêca, manjuba, macarrão, café e banana. A isto se junta, por vêzes, carne de porco, de peixe, de caça e palmito, obtidos pelos próprios trabalhadores (14). Seus vestuários são escassos e êles não possuem, muitas vêzes, nem mesmo roupa de cama. Nas casas que pudemos observar — de camaradas de grandes e pequenos sítios e de posseiros — não vimos

(13) Araújo Filho, *op. cit.*, p. 38.

(14) A maior parte do salário é gasta com a alimentação, sob a forma de refeição paga ou compra de gêneros. Nos armazéns que visitamos, encontramos arroz, feijão, farinha, banha, carne sêca, manjuba, biscoitos, café, aguardente, cigarros e fósforos, cujos preços são equivalentes aos de São Paulo.

mais do que tarimbas ou esteiras, bancos ou caixotes, que servem de assentos e prateleiras; rêdes de fibras e alguns utensílios de madeira, barro e metal.

Nos aldeamentos indígenas, cujos membros já agora se integram nas relações econômicas estabelecidas na região, também se observam diferenças individuais, quanto à habitação e posse de alimentos e utensílios. Incluindo-os em nossa ordenação, alguns se situam ao nível dos camaradas de sítio e outros ao dos mais pobres tabacudos. Segundo Egon Schaden, êsse processo de diferenciação é recente e resultante da substituição do caráter comunitário da produção e do consumo pelo caráter individual da atividade e posse econômica (15).

Considerando o usufruto efetivo — e não sua possibilidade virtual — de um dos referidos níveis de vida, assim se escalonam êsses indivíduos no conjunto da população fixa e flutuante: os níveis mais altos apresentados pela população fixa da zona urbana correspondem aos médios da população flutuante; e os mais baixos são inferiores aos mínimos desta última. Os mais altos níveis observados na população do interior correspondem aos médios dos habitantes fixos da vila de Itanhaém; os mínimos de tôda a zona rural se equiparam, desde a praia aos aldeamentos indígenas. Embora a difusão da cultura do tipo urbano tenha suscitado progressivamente novas necessidades para a grande maioria da população rural, as que têm sido passíveis de satisfação permanecem relativamente as mesmas de sempre. Nesses casos e sob êsses aspectos a passagem da economia de subsistência para a de troca tem consistido apenas numa substituição de soluções referentes à obtenção de recursos mínimos de alimentação e abrigo.

O estabelecimento efetivo do capitalismo moderno, na região, não se fêz, como vimos, pela ação econômica do antigo grupo demográfico. Seus agentes, já incorporados àquele sistema, chegaram do exterior do município, transportando capitais, arrastando mão-de-obra e organizando o trabalho sob novas formas. A primitiva população local integrou-se e vem ainda se integrando nesta situação, através do abandono, perda, venda ou exploração da propriedade e do ajustamento às relações de trocas de bens e ser-

(15) Egon Schaden, *op. cit.*, 1954, pp. 41 e segts.

viços. Muitos retirantes, particularmente dos primeiros períodos do êxodo, abandonaram suas terras, garantidas ou não por títulos legais, as quais ainda não tinham procura no mercado de imóveis. Os bananicultores, aliás, interessaram-se pelas glebas incultas da baixada, onde as tomaram por aquisição ou simples ocupação, desalojando ou não antigos moradores. O turismo, de seu lado, posteriormente valorizou as terras praianas, inclusive as de Peruipe e as que se situam para além da ferrovia, apossadas das mesmas maneiras pelos adventícios. Fomos informados de que, hoje, transitam processos de reintegração ou manutenção de posse, iniciados por componentes da primitiva população ou seus descendentes. Outros, sem recurso financeiro, nem capacitação cultural para a exploração capitalista do imóvel, encontraram em sua venda a forma de ingresso no atual sistema econômico, passando a exercer diferentes atividades, geralmente fora da região. Referindo-se à atual situação de lavradores que alienaram a propriedade disse-nos um sitiante que “êles são modernistas (comodistas) e pensaram que com o dinheiro iam folgar mais. Hoje muitos estão sem nada, trabalhando de camarada e muitos despatriaram iludidos com a cidade”. Os poucos indivíduos que mantiveram suas propriedades, na zona urbana ou rural, exploram-nas para a obtenção de rendas e de produção agrícola (de manutenção e comercial ou apenas de manutenção). Na vila de Itanhaém, encontramos casas pertencentes a antigos moradores, ali residentes ou não, alugadas para diferentes fins. Na zona rural, particularmente na área de Itariri, há os que cultivam, em pequenas glebas, bananas e cereais ou apenas cereais para o comércio ou consumo. Grande número dêles, cuja produção é exígua, ainda trabalha temporariamente em sítios de terceiros. O insignificante volume de sua produção liga-se, não apenas à extensão e natureza do solo, mas também à deficiência de técnicas agrícolas e mão-de-obra. Esta chega mesmo a faltar para uma agricultura de manutenção satisfatória, o que leva os sitiantes míudos a se empregarem em serviços assalariados, enquanto suas exíguas roças crescem sem tratos culturais. Vendem parte de sua diminuta produção para adquirir outros gêneros (café, carne seca, aguardente), vendo-se obrigados, posteriormente, a comprar os da mesma espécie que venderem (feijão, arroz). O trabalho simultâneo

na própria roça e para terceiros é também praticado pelos indígenas, que prestam serviços esporadicamente nos bananais e numa fábrica de doces em Ana Dias. Essa situação equipara-os, a todos, apesar de proprietários, aos colonos da fazenda do planalto, que recebem dos patrões terra para suas plantas segundo o velho costume.

O mutirão, que no passado suplementava os braços de uma família, não é praticado na área de Itanhaém e se acha em visível decadência de Itariri para o sul. Ali, é ainda promovido por alguns sitiantes ou empreiteiros de bananais, que têm meios de fornecer alimentos e promover o baile, além de gozar de prestígio entre os convocados. O requisito de *prestígio* pessoal substitui hoje o de membro da comunidade, pois quem não o possui corre o risco de ter mais despesas do que resultados com o mutirão. A maioria dos que comparecem àquele tipo de trabalho coletivo “chega tarde e sai cedo”, “faz mais barulho do que trabalho”, porque “é mutirão mesmo”. Nestas condições, o mutirão é evitado pelos que têm em vista a produção para o mercado que, caso dêe necessitem, convidam “os amigos” e já não o bairro. Apesar disso, “vem até quem não é convidado, por causa da festa”, que atualmente consiste em baile com músicas *modernas*, tocadas em sanfonas, violão, cavaquinho e pandeiro.

A decadência do mutirão liga-se, obviamente, à desintegração da comunidade vicinal e da organização autonômica do trabalho. As primeiras novas formas de ocupação assalariadas, oferecidas pela ferrovia e pelo movimento turístico incipiente, marcam o início do envolvimento de mais uma parte da população praiana pela organização heteronômica do trabalho. Contudo, os serviços no lenheiro e os prestados a veranistas não estabeleciam regime de trabalho que retirasse os indivíduos, de vez, das formas tradicionais de vida econômica. Como ainda hoje muitos fazem, as velhas gerações combinaram aqueles serviços com suas atividades na agricultura, pesca, caça, coleta e indústria doméstica. Já a bananicultura não encontrou nelas o tipo de trabalhador que exigem suas tarefas. As grandes derrubadas, o permanente trato das plantas e as sucessivas colheitas, em novo ritmo e disciplina de trabalho, não se coadunavam com os padrões e valores da antiga co-

munidade. Daí terem as gerações que assistiram ao estabelecimento dos primeiros bananais participado bem pouco daquelas empresas, particularmente em certos períodos do ano agrícola, o que obrigou os bananicultores a procurar braços fora da região. Todavia, as novas gerações foram-se incorporando ao sistema de relações capitalista. E à medida em que se envolviam no mercado de trabalho, pelas formas indicadas, participaram, como os adventícios, das condições da flutuação da mão-de-obra. Transformada sua força de trabalho em mercadoria procuraram, principalmente nas cidades, melhores situações de oferta. Neste processo, conseqüentemente, verificou-se a desorganização das antigas relações vicinais, ainda observáveis apenas nos lugares mais afastados dos centros comerciais, como para os lados da foz do Una ou da subida da serra. Em outros, mesmo onde subsiste a economia consuntiva combinada com o pequeno comércio, é manifesta a desintegração do antigo bairro pela progressiva substituição de normas organizatórias e valores culturais. A área das relações restringe-se através da seleção individual, como as que se referem ao trabalho coletivo. A moeda se tornou o motivo e a medida de todos os atos econômicos, o que se evidencia até mesmo nos mutirões, pela atitude de voluntários com referência a tarefas sem retribuição financeira e pelo decréscimo das convocações por não serem compensadoras. Nestas circunstâncias, a cooperação fundada na reciprocidade de atos é substituída pela simples ajuda em troca de festa e a organização do trabalho chega a exigir direção heteronômica, pois depende do prestígio pessoal do convocador a maior eficiência do trabalho. A transformação do antigo modo de vida ocasionado pelo avanço do capitalismo já atingiu os aldeamentos indígenas, onde, segundo Egon Schaden, não vigoram mais as antigas formas econômicas, sendo índice da desorganização social “o progressivo abandono de trabalho coletivo, conseqüência direta da individualização das preocupações econômicas” (16).

A pesca de mar também perdeu o caráter de trabalho cooperativo de comunidade vicinal, onde esta já se desintegrou, como na Praia Grande e Itanhaém. Aqui, averiguamos que o dono do barco e da rêde não é mais um simples parceiro, a quem os pescado-

(16) Egon Schaden, *ibidem*, 1954, p. 65.

res entregam parte do produto, sem a êle estarem subordinados. Atualmente, é um empresário — o *capitão* — que alicia pescadores, aos quais dá uma parcela dos lucros, refeição ee pouso num barracão de madeira. A participação não é mais do que uma forma de salário, pois o capitão é o dono e o diretor da empresa, admitindo e despedindo “camaradas de pesca”, mantendo a disciplina no trabalho e no alojamento, edificado num terreno ao fundo de sua própria casa.

Excetuados, pois, aquêles que ainda se acham no limiar da transformação sócio-econômica, os demais habitantes não se vinculam em constelações vicinais, onde são extensivas à ajuda mútua valores de natureza afetiva. O *bairro* é hoje um termo que designa uma circunscrição administrativa ou, mesmo, seu maior ponto de aglutinação demográfica. Os que nele residem distinguem-se, não só pelas posses econômicas, mas também pela etnia, religião e participação na cultura do tipo urbano.

Em conexão com os fatos demográficos e econômicos registrados, os elementos estruturais da sociedade de classes já não se apresentam apenas inseridos em comunidades basicamente vicinais, mas caracterizam a estratificação social dominante, dentro da qual aquelas subsistem deliquescentes. Consideraremos os aspectos que tal estrutura assumiu, primeiramente na área urbana e suburbana de Itanhaém, depois na zona rural.

Em nosso inquérito, ao buscar compreender quais as linhas de estratificação do grupo demográfico fixo, segundo a técnica de Warner e Lunt, obtivemos indicações que, neste caso, não nos pareceram servir, por si sós, para uma ordenação dos indivíduos em camadas sociais. Averiguamos haver na população uma clara consciência de que seus membros se diferenciam como ricos, remediados e pobres, embora seja variável o conhecimento dos inqueridos sobre as posses dos indivíduos em particular. Afora certas pessoas em situação de avaliar os bens de certas outras, os demais baseiam suas distinções em índices como grandeza do estabelecimento comercial, local e tipo de residência, nível de vida material e tipo de ocupação. Na estrutura econômica, há uma dúzia de pessoas geralmente apontadas como as mais ricas e outras tantas colocadas em igual nível pelos que melhor sabem de sua situação. Os

artesãos, empregados, pequenos funcionários, operários, pescadores, uns e outros proprietários ou não de bens de pequeno valor, são englobadamente classificados como pobres. Os demais, ocupados no comércio, funcionalismo e profissões liberais são indicados como remediados ou mais ou menos ricos, conforme a fonte de informação. Além dessas categorias gerais, é possível distinguir outros grupos, que se classificam a si mesmos segundo critérios desconhecidos ou não reconhecidos pela totalidade da população. Assim, encontramos um grupo de pessoas de diferentes etnias, posses e ocupações, que se considera no tópo da estratificação social, por manterem relações com veranistas que usufruem medianos e altos níveis de vida em seu grupo, por freqüentarem associações e reuniões que exigem gastos financeiros e conformação da conduta a certas etiquetas (17). No entanto, outros indivíduos, não interessados em tais situações, julgam-se iguais aos componentes daquele grupo — e mesmo superiores a certos deles — em razão de suas posses, prestígio político e funções públicas, tomados tais elementos isolada ou combinadamente. Doutra parte, em cada um desses conjuntos, há subgrupos baseados em relações *simpáticas*, econômicas e políticas. E quanto às atitudes manifestas, as que observamos não nos revelaram haver entre aqueles indivíduos um reconhecimento de subordinação de uns com relação a outros.

Entre pequenos proprietários de casas comerciais e oficinas, empregados de empresas privadas, funcionários da administração e magistério público e pessoas aposentadas, não vinculados de modo efetivo àqueles grupos, observa-se igual pluralidade de círculos de relações sociais. Pelos níveis de vida, padrões de comportamento e sentimento de posição social, as distinções são marcantes apenas nos casos que delimitam o conjunto. Enquanto uns se aproximam dos círculos primeiramente citados, outros ficam nas fronteiras opostas, relacionando-se com artesãos e operários, pela vizinhança e local de recreio (18). Por sua vez, os operários empregados nos transportes, construção civil, indústria manufatureira e extrativa, obras públicas e pesca, distinguem-se, não apenas pela posse de casa própria e nível de vida, mas também pela categoria pro-

(17) Clube de Caça e Pesca, Samburá Clube (em organização) e "Boites".

(18) Festas do Esporte Clube São Paulo.

fissional, relações de trabalho e recreação. E' manifesto o sentimento de superioridade sócio-cultural em trabalhadores qualificados da indústria e do transporte terrestre com referência aos demais, particularmente pescadores, lenhadores e canoeiros.

Além destas distinções, averiguamos outras de caráter étnico, mais nítidas com respeito a um grupo de japoneses e outro de artesãos húngaros. Ainda êsses últimos, adventistas, julgam-se em situação privilegiada com referência a tôda a população por valores ligados a suas crenças religiosas.

Assim, obtivemos índices referentes a conjuntos de indivíduos que se encontram, reconhecidamente, em diferentes situações caracterizadas pela disposição de bens e cargos. Todavia, em tais conjuntos, encontramos também grupos que se classificam segundo critérios heterogêneos relativos a diferentes situações de vida sócio-cultural, sem o reconhecimento por parte de alguns da posição superior que outros se atribuem. Se aquêles primeiros conjuntos de indivíduos, por participarem de situações básicas decorrentes de fenômenos da mesma natureza, podem ser compreendidos como camadas hieràrquicamente integradas, o mesmo não se dá com os últimos, visto a diversidade dos fatos que lhes imprimem configurações particulares. Certamente, pelo emprêgo de técnicas mais elaboradas, que não estiveram ao nosso alcance, poder-se-ia determinar com maior precisão os grupos culturalmente diferenciados, seus padrões ideais e comportamentos manifestos, seus mecanismos de contrôle e tipos de relações, em uma organização social de classes. Isto, porém, apenas nos daria maior conhecimento daqueles grupos enquanto expressão de fatos de diversas naturezas, e não os elementos que permitam interrelacioná-los como classes sociais. De modo que, neste caso, não nos pareceu suficiente, por si mesma, a técnica viável para apreender a gradação dos grupos de vizinhança na participação de um dado tipo de cultura.

Aliás, em campo, deparamos com o problema já discutido por Florestan Fernandes (19), para quem a questão de saber como in-

(19) Florestan Fernandes, "A Análise Sociológica das Classes Sociais", *Sociologia*, 1948, *passim*. Registramos que já tínhamos como concludente a argumentação do autor sobre a legitimidade e a eficiência científica do método sociológico e dela indicamos os pontos que mais de perto interessam esta exposição. Contudo, não poderíamos deixar de ver, ainda que modestamente, quais os resultados que obteríamos com o emprêgo da técnica de Warner e Lunt.

investigar as classes sociais é um problema de método e não apenas de *instrumentos*. Esse autor considera que “às diferenças de orientação metodológica correspondem forçosamente gradações na explicação do comportamento humano e da organização social”; e que a da antropologia tem possibilitado um valioso conhecimento sobre a participação na cultura e a organização da personalidade. A adoção dessa orientação para o estudo de fatos das sociedades de classes, em parte legítima e bem fundamentada, conduz à descrição “da estratificação social em termos de diferenças culturais evidenciadas no comportamento dos membros das classes sociais em presença”. Mas, embora tais diferenças expressem diferenças sociais, não permitem caracterizar e hierarquizar as classes, nem portanto buscar os fatores que as explicam como estruturas histórico-sociais típicas das sociedades capitalistas. A sociologia conceitua o modo de sentir, agir e pensar de uma classe como os fatos daquela natureza comuns aos indivíduos que participam de uma dada situação básica — e não os que lhe são particulares por circunstâncias várias, embora se interesse por sua investigação em termos de peculiaridade de uma determinada “situação de classe”. Assim correlacionados aqueles elementos, o método sociológico orienta a análise a partir da estrutura organizatória a que se referem as *posições sociais*, entendidas como expressões de “um conjunto de probabilidades de atuação social, seja nas relações sociais dos membros de uma classe entre si ou com membros de outras classes, seja no desencadeamento e realizações de “ações de massa” com objetivos classistas”.

Adotando o conceito de classe social como um grupo multifuncional e relativamente aberto, cujos membros se encontram em condições semelhantes de ação econômica para a obtenção de rendas e receitas, procuramos os índices das posições sociais nas diferentes disposições de bens, serviços, cargos e clientela. Entre os moradores da vila e algumas pessoas que, presentes temporariamente ou por representação, ali têm negócios, pudemos arrolar 130 proprietários individuais e 2 companhias imobiliárias, possuidores de 223 prédios e terrenos no perímetro urbano e seus arredores. Dêles, 7% são donos de apenas 1 imóvel e 20% de 2. Dos demais, 8 possuem 3 prédios; 4, de 4 a 6; e 2, 11 e 12 respectivamente.

Metade dos possuidores de apenas um imóvel tem suas casas na vila operária e zona periférica, onde também se encontra uma dezena dos proprietários de 2 e 3 prédios. Os que possuem um único imóvel nas demais zonas têm propriedades de diferentes valores, algumas delas com 600 a 800 m² de área construída. Ainda há pessoas que são donas de 4, 5 e 6 prédios nos trechos mais valorizados da vila. Pudemos, distinguir, desta forma, duas grandes categorias de indivíduos: possuidores e não possuidores de imóveis; e na primeira, uma ordenação segundo o valor das propriedades. A isto acrescentamos a gradação referente à posse de bens de produção e troca, de cargos e clientela. Entre os maiores proprietários de imóveis, alguns vivem apenas de suas rendas, enquanto que outros, cêrca de uma vintena, são os comerciantes e industriais da localidade. Ainda, alguns destes têm membros de suas famílias ocupando cargos nos serviços públicos. Situações semelhantes, em menores proporções, observam-se entre os proprietários médios. Os menores, em geral, possuidores de uma única casa em áreas menos valorizadas, são artesãos e empregados públicos ou privados, operários e pessoas ocupadas, por conta própria, no pequeno comércio e transporte. No conjunto de indivíduos não proprietários de imóveis encontram-se desde funcionários, cujos vencimentos equivalem a receitas de alguns comerciantes ou rendas de certos imóveis, até empregados e operários que percebem "salário mínimo". Graças àquelas posições, os indivíduos contam com diferentes oportunidades e ocupações lucrativas e de acumulação de riqueza que os relacionam à base de interesses correspondentes. Assim, como averiguamos, as pessoas de cabedais são as que se acham em condições de aproveitar — e aproveitam — as possibilidades de negócios e a valorização dos imóveis. E o fazem isoladamente ou associados, às vêzes em grupos de que também participam veranistas. Compartilham ainda da situação de classe lucrativa alguns altos funcionários e pessoas que exercem profissões liberais, seja por apropriação de clientelas ou transações comerciais. O aproveitamento das oportunidades de obtenção de lucros decresce com as possibilidades de disposição de bens e serviços, desde pequenos comerciantes, manufactureiros, proprietários de um veículo de transporte e pequenos extratores de matérias pri-

mas, até aqueles que, embora empregados em serviços assalariados, obtiveram imóveis que se valorizaram pelo próprio desenvolvimento do mercado imobiliário. Enfim, encontramos trabalhadores sem bens nem cargos apropriados, que se distinguem segundo o tipo de especialização ocupacional, ocupando o extremo da escala os que oferecem serviços braçais não qualificados, indistintamente para os transportes, obras públicas, extração de madeira, lenha e areia, estaleiros e coleta de iscas para o esporte da pesca.

Considerada a grande fluidez das fronteiras, que atribuímos às oportunidades de ascensão na estrutura, propiciadas por uma área econômica em desenvolvimento, pudemos assinalar as seguintes situações de classe, baseadas no conjunto dos dados obtidos:

1) — situação superior, ocupada por um reduzido número de indivíduos revestidos de uma ou mais das seguintes qualidades: maiores possuidores de bens de diferentes categorias, apropriadores de cargos e clientela propiciadores de receitas consideradas altas na escala local;

2) — situações medianas, ocupadas por maior número de indivíduos, que nelas se distinguem segundo o grau em que revestem uma das seguintes qualidades: proprietários de médios e pequenos bens, apropriadores de cargos e prestadores de serviços profissionais de rendimento considerado médio.

3) — situação inferior, da qual participa ainda maior número de pessoas, constituindo a classe não proprietária e apenas em condições de obter baixas receitas pela prestação de serviços braçais qualificados ou não.

Certamente, adstritos aos aspectos mais facilmente observáveis, traçamos uma ordenação das posições econômicas que apresenta alto grau de generalidade. Contudo, já nos revela que, por esta via, podemos chegar a uma estrutura coerente, através de critérios uniformes de classificação dos indivíduos em uma sociedade de classes. Tomando-a como base das situações sociais típicas, é possível distinguir entre os comportamentos observados quais os que se referem aos modos de sentir, agir e pensar padronizados pela classe e os que, dentro dela, expressam diferenças individuais decorrentes de disposições psíquicas, diferenças culturais ou situação de ajust-

tamento a novas posições ocupadas graças ao processo de mobilidade social. Assim, independentemente de suas origens étnicas, crenças religiosas, grau de participação em determinadas formas da cultura, as pessoas de maiores cabedais e capacidade de empreendimentos associam-se em ações econômicas, relacionando-se em uma *política* de valorização de suas propriedades e ampliação das probabilidades de obtenção de lucros, apoiando os que, no exercício da autoridade, podem promover medidas que atendam àqueles fins. Dêsse tipo de relações participam, tanto o pequeno grupo que se considera *élite*, quanto os que, não se interessando pelas atividades particulares daqueles, compartilham das direções político-partidárias; e pessoas que se mantêm fora de uma e outra situação, como dois dos maiores capitalistas da localidade. No extremo da escala social, os indivíduos se acham alheios daquelas atividades e relações, e revelam interesses paralelos e atitudes correspondentes relativamente aos salários, preços e regime de trabalho, apesar das diferenças de qualificação profissional, origem étnica e religião e de motivações pessoais no sentido da ascensão econômica e social. Embora tais atitudes não se tenham manifestado através de movimentos organizados de finalidades classistas, os trabalhadores inqueridos revelaram a preocupação de obter melhores condições de trabalho individualmente, para si ou seus filhos. As classes médias, que se apresentam como as mais heterogêneas, dado as diferentes formas por que seus membros obtêm rendas e receitas, constituem-se de indivíduos cujos comportamentos se diversificam segundo as circunstâncias que os polarizam para uma ou outra das classes extremas. Encontramos ali pessoas que, por seus interesses e comportamentos, aproximam-se da classe alta; outras, que são ao mesmo tempo proprietárias e trabalhadores assalariados, compartilham interesses daquela e da classe inferior. Ainda outras, embora sem participar daquelas situações, incorporam padrões de comportamento das classes possuidoras, graças aos seus cargos públicos ou privados. Esta heterogeneidade e ambivalência de posições, interesses e comportamentos são, aliás, típicas das camadas intermédias de uma sociedade estratificada em classes relativamente abertas, onde podem ser grandes as oportunidades de ascensão social. Este fato não invalida a orientação adotada, nem a es-

trutura encontrada, pois aquelas situações heterogêneas, dentro de certos limites, são evidenciadas e explicadas por elementos da mesma natureza que evidenciam e explicam outras situações relativamente homogêneas.

Das relações entre membros das diversas classes, além das estabelecidas pelo trabalho, vizinhança e *simpatia*, há em Itanhaém, como alhures, as que se baseiam em associação para diferentes fins, crenças religiosas e valores étnicos. Os partidos políticos, a Associação Pró-Maternidade e Infância e a agremiação esportiva reúnem pessoas das diferentes posições sociais, cabendo a maioria dos cargos diretores aos das mais altas em cada grupo. A Igreja Católica congrega membros de tôdas as classes; a Adventista, das classes média e inferior; e a Pentecostal, quase que apenas desta última. Os valores étnicos, por vêzes em conexão com os religiosos, fundamentam relações entre pessoas de diferentes categorias sociais. Todavia, não constituem barreiras às relações típicas de classe, que, por seu lado, interferem naquelas ao ponto de provocar-lhes o afrouxamento e dissolução. Como casos extremos, observamos a inexistência daquele tipo de relações entre pessoas de origem portuguesa, espanhola e italiana, distribuídas por diferentes classes; e sua grande intensidade nos exíguos grupos de japoneses e húngaros que, participando de uma mesma situação de classe, não apresentam manifesta dicotomia de comportamento ocasionada pela diferenciação social de seus respectivos membros. Por conseguinte, a organização social de classes tende a configurar certas relações estabelecidas em torno de valores não exclusivos de uma única classe.

A estrutura social, baseada nas posições do sistema econômico, permitiu-nos correlacioná-la às da população flutuante e da população da baixa interior, o que não alcançaríamos através das peculiaridades de comportamento que escapam à padronização dos modos de sentir, agir e pensar das classes. Ao tratar da estrutura social da população de veranistas, consideraremos as qualidades de que se revestem quando em Itanhaém, apontando, sempre que possível e de modo muito geral, as que possuem em seus respectivos grupos de proveniência. Sucintamente, encontramos indivíduos que participam de situações altas, médias e infe-

riores, como já indicam os diferentes níveis de vida. Acrescentamos os seguintes, referentes às relações que os veranistas mantêm entre si e os componentes da população fixa. Dos que podemos apontar como constituintes da classe mais alta da população flutuante, há um pequeno grupo que quase se isola dos demais, ocupando ricas moradias onde promove reuniões fechadas, tendo assim, como nos disse alguém, suas "boites particulares". São pessoas de diferentes nacionalidades que, na capital, se ocupam da indústria e comércio. Muitas delas freqüentam Itanhaém há mais de 10 anos. Algumas outras desse grupo também comparecem a reuniões freqüentadas por veranistas de posições médias e membros da classe alta da população local. As posições medianas são ocupadas por veranistas de diferentes cidades do Estado, origem étnica e religião, que se alojam em casas próprias ou alugadas, em hotéis ou colônias de férias. Pudemos anotar entre eles rentistas, comerciantes, fazendeiros, funcionários públicos e privados, clérigos e estudantes. Enfim, nas posições inferiores, acham-se operários alojados na colônia da CMTC e pessoas que se hospedam em pequenas casas ou cômodos alugados, nas áreas em que predominam os componentes da classe inferior local. Observamos que muitos veranistas da classe média mantêm relações, por vezes já de há muito tempo, com pessoas das classes alta e média de Itanhaém; enquanto que outros as mantêm com pessoas menos graduadas da classe média ou, ainda, permanecem quase que no nível dos contactos circunstanciais. Os operários e os que se alojam em habitações de menor custo ficam, geralmente, circunscritos às relações com pessoas da classe inferior ou das fronteiras destas com a classe média, da população fixa.

Semelhantes índices revelam a seguinte ordenação das probabilidades de relações das duas populações, em uma estrutura instável devido ao caráter flutuante de uma delas: em situação mais alta, ficam os veranistas mais abastados, relativamente isolados; e na situação de base os que menos dispõem nas vilegiaturas e a classe inferior local. As classes altas e medianas desta última ficam ao nível das classes médias da população flutuante, consideradas em ambas a heterogeneidade observável nas situações de mediania.

Segundo o mesmo esquema classificatório, estratifica-se a população praiana e do interior, na qual destacamos as seguintes peculiaridades: o absentismo de grande parte dos bananicultores diminui o número presente de indivíduos da classe mais alta na região. Sua participação na estrutura social faz-se apenas pelo direito de propriedade e exercício da autoridade através de prepostos. As classes alta e média, pois, apresentam menor número de membros na área dos bananais, tendo seu maior contingente na zona de Itariri, onde os sitiantes, particularmente os japoneses, residem em suas propriedades. Aquelas classes são constituídas de pessoas de cabedais variáveis, ocupadas na lavoura, comércio, transportes, indústrias e serviços públicos.

A numerosa colônia japonesa revela ao mesmo tempo uma ordenação interna em classes sociais, cujo limite inferior não desce até a situação da dos trabalhadores assalariados; e um entrosamento na sociedade geral dentro desse mesmo tipo de estratificação, como é claramente manifesto em suas relações com os demais no que respeita à participação no exercício da autoridade.

Os feitores dos sítios de banana, embora se alojem em melhores habitações, ficam, como os trabalhadores assalariados, no mesmo nível dos camaradas, dentre os quais são geralmente escolhidos. E o mesmo se dá com os empreiteiros, visto sua situação não diferir senão na forma de pagamento dos serviços, sendo semelhante à dos colonos nas fazendas de café.

Os pequenos posseiros, na medida em que não vendem sua força de trabalho, ocupam posições superiores à dos que se entregam a serviços de terceiros. Muitos, porém, tendem a nivelar-se com estes, na medida em que se assalariam por não terem condições de tirar de suas terras o necessário para o sustento. Mesmo os índios, embora pratiquem a agricultura consuntiva e o comércio de objetos de sua cultura, não escapam de prestar serviços nos bananais e na fábrica de doces, ainda que de modo esporádico. Já se verifica entre eles a "individualização dos trabalhos econômicos e a aceitação dos valores correspondentes como elementos de diferenciação social" (20).

(20) Egon Schaden, *op. cit.*, 1954, p. 52.

Enfim, na retaguarda dos que se integram na estrutura econômico-social de classes, estão os ocupantes de terras não incorporadas à economia de mercado, onde, particularmente nos lugares mais recuados da serra, ainda subsistem precariamente a economia de subsistência e a organização vicinal.

CONCLUSÕES

Retomando as linhas de nossa exposição, destacamos os seguintes resultados mais gerais da pesquisa:

I — Enfocando a unidade investigada de um duplo ângulo — histórico e regional—, encontramos, em processos que lhe eram exteriores, os motivos de sua primitiva marginalidade e atual integração no sistema econômico e social do capitalismo. Segundo a forma e o grau de desenvolvimento que êste assumiu no Estado, em diversas épocas, Itanhaém teve diferentes posições com referência ao quadro da economia e da organização sócio-cultural de tipo urbano. Enquanto qualquer das agriculturas mercantis praticadas encontrava melhores condições em outras áreas, a urbanização se fazia lenta e a industrialização se apresentava incipiente, as necessidades e atividades econômicas e sociais não precisaram da baixada alagadiça e das praias então distantes de Itanhaém. Em tais circunstâncias, essa área se manteve com sua relativa marginalidade, mesmo depois que a ferrovia rompeu seu isolamento geográfico, demandando pontos que lhe ficam mais ao sul.

A situação se modificou quando o crescimento demográfico, comercial, industrial e urbano do Estado, nestas duas últimas décadas, incrementou grandemente a especialização agrícola e o alargamento do ecúmeno turístico litorâneo. Então, o cansaço das lavouras e a saturação das praias santistas levaram bananicultores e veranistas para as glebas incultas e as praias desertas do sul. Esses movimentos, respondendo às necessidades da vida urbana, vêm promovendo o povoamento e a urbanização da área. A população agrícola tributária do mercado como produtora e consumidora vem criando pequenos núcleos demográficos e comerciais. E os veranistas, em suas fugas temporárias do urbano para o rural, transformam o que procuram à imagem do que deixam.

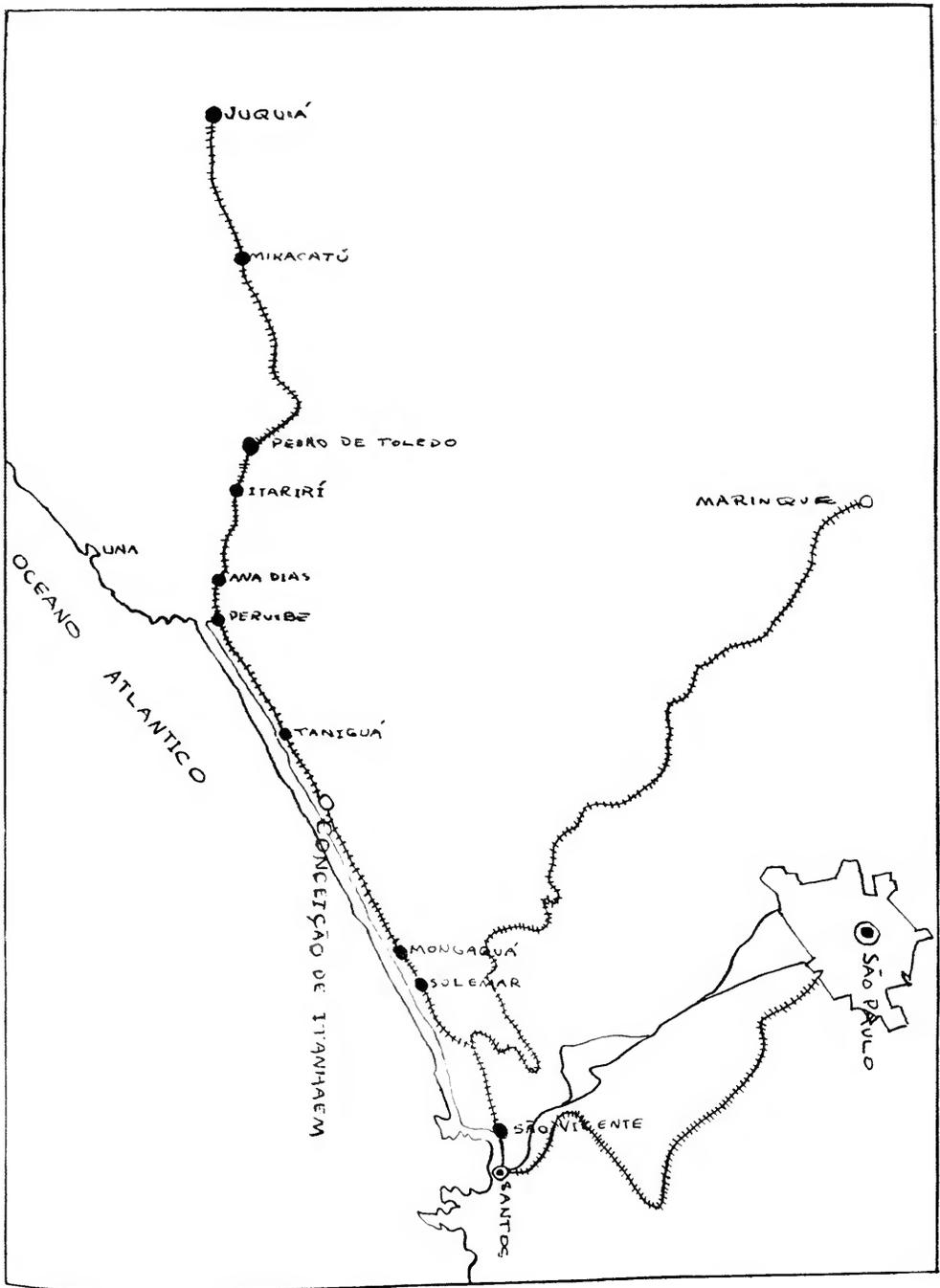
II — Ao tratarmos da antiga comunidade, tomamos esta e a estrutura econômico-social do capitalismo, em desenvolvimento em outras áreas, como dois sistemas cujo grau de afastamento buscamos assinalar. Embora o primeiro contivesse elementos peculiares ao segundo, não se apresentavam êles com caráter dominante naquele tipo de estrutura híbrida. O sistema em que são dominantes não se estabeleceu na região por um processo similar e simultâneo ao verificado nas áreas pioneiras da grande lavoura e da urbanização. Dado o momento e a forma em que se fêz, a antiga comunidade não passou por mudanças, como um todo, radicada em seu primitivo sítio. Desintegrou-se e se dispersou na medida em que recebia o impacto da população portadora de novos padrões de vida, aos quais tem-se ajustado em diferentes graus e níveis econômicos, dentro e fora da área primitiva. Nestas circunstâncias verificou-se um processo, ainda em curso, de substituição da estrutura econômico-social de vizinhança pela do capitalismo já em seu relativamente mais alto ponto de desenvolvimento. Esta, pois, se apresenta, não mais como um termo de comparação, e sim como um sistema que, na própria área, define ou redefine segundo o grupo, a ordenação dos níveis de vida, as relações no campo da produção, a estratificação social e as formas de participação em um tipo de cultura.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Araújo Filho J. B., *A Baixada do Rio Itanhaém*, Estudo de Geografia Regional; Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, U.S.P.; Bol. 116; São Paulo, 1950.
- Almeida A. Paulino, *Usos e Costumes Praianos*, Revista do Arquivo n.º CIV, São Paulo, 1945.
- Almanaques de São Paulo*, 1873, 1891 e 1895.
- Buarque de Holanda Sérgio, *Expansão Paulista em fins do século XVI e princípio do século XVII*, Publicações do Inst. de Administração, USP, n.º 29, São Paulo, 1948.
- Calixto Benedito, *A Vila de Itanhaém*, Tip. do Diário de Santos, 1895; *Os Primitivos Aldeamentos Indígenas e Índios Mansos de Itanhaém*, Rev. Inst. Hist. e Geog. São Paulo, Vol. X, 1905; *Memória Histórica sobre a Igreja e o Convento da Imaculada Conceição de Itanhaém*; Tip. São José, Santos, 1913; *Capitania de Itanhaém*, Rev. Inst. Hist. e Geog. São Paulo, Vol. XX, 1915.
- Camargo J. F., *Crescimento da População do Est. S. Paulo e seus Aspectos Econômicos*, 3 vols.; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP; Bol. 153; 1952.
- Comissão Geográfica e Geológica de S. Paulo, *Exploração do Litoral* (2a. Secção, cidade de Santos à fronteira do Est. do Paraná); Tip. Brasil, 1920.
- Costa Fontes Liberato, *Impressões de Itanhaém*; Tip. do "Combate", Jaboticabal, Est. S. Paulo, 1926.
- Documentos Interessantes para a História de S. Paulo, Vol. XXII, *O Cap. General Morgado de Mateus*, 1765.
- Ellis Alfredo, *O Café e a Paulistânea*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, Bol. n.º 141, S. Paulo, 1951.
- Fernandes, Florestan, *A Análise Sociológica das Classes Sociais*, Sociologia, Vol. X, N.ºs 2-3, S. Paulo, 1948.
- Guia do Estado de S. Paulo, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, S. Paulo, 1912.
- Machado de Oliveira J. J., *Quadro Estatístico da Província de São Paulo*, in Antônio Saraiva, Discurso de abertura da Assembléia Legislativa, 1855; Tip. 2 de Dezembro, S. Paulo. *Quadro Histórico da Província de S. Paulo*, 1864; Manuscrito, Biblioteca Faculdade de Direito, USP.
- Mello e Souza, Antônio Cândido de, *Os Parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre a crise nos meios de subsistência do caipira paulista, 1954, (inédito).
- Müller, Daniel Pedro, *Ensaio de um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*, Secção de Obras d'O Estado de São Paulo, 1923.

- Müller, Nice Lecocq, *Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP; Bol. 132; São Paulo, 1951.
- Mussolini, Gioconda, *Aspectos da Cultura e da Vida Social no Litoral Sul Brasileiro*; Antropologia, Vol. V, n.º 2; São Paulo, 1953.
- Schaden, Egon, *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP; Bol. n.º 188; São Paulo, 1954.
Os Primitivos Habitantes do Território Paulista; in "O Estado de São Paulo", 25-1-1954, caderno I.
- Simões de Paula, Eurípedes, *O Caiçara e a Região de Itanhaém*, São Paulo, 1934.
- Vicente de Carvalho, Conceição, *Santos e a Geografia Humana do Litoral Paulista*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP; (Biblioteca Central, inédito).
- Vicente Unzer de Almeida e Octavio Teixeira Mendes Sobrinho, *Migração Rural-Urbana*; Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1951.
- Warner e Lunt, *The Status System of a Modern Community* (Yankee City Series); New Haven: Yale University Press, Vol. I, 1941.
- Warner e Lunt, *The Status System of a Modern Community* (Yankee City Series); New Haven: Yale University Press, Vol. II, 1942.
- Willems Emílio, *Velhos e Novos Rumos no Estudo das Classes Sociais*; Sociologia Vol. X, n.ºs 2-3, São Paulo, 1948.
- Willems Emílio, *Cunha, Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil*; Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1947.
- Willems Emílio-Mussolini Gioconda, *Buzios Island*, J. J. Augustin, New York, 1952.

ILUSTRAÇÕES





O velho Caminho do Mar — 1920.



Itanhaém — 1920.



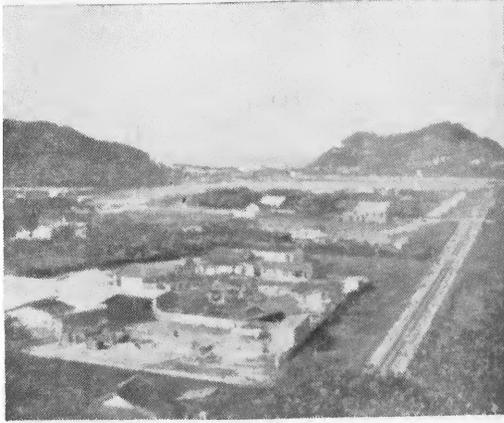
O novo caminho do Mar — Via Anchieta.



Estátua de Anchieta — ao alto, o velho convento.



Vista aérea de Itanhaém.



Ranhaém — vistas parciais.



Casa de posseiro na Una.



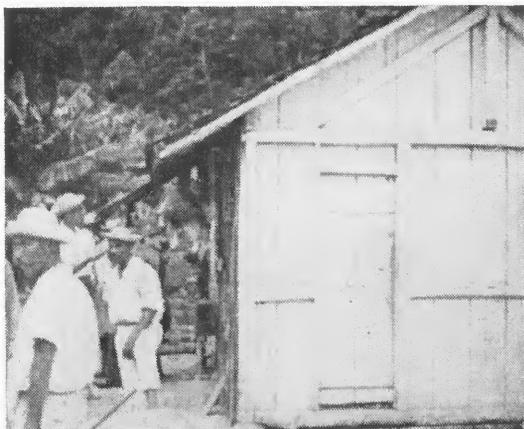
A pesca na praia de Itanhaém.



Pescando com rêde de arrasto nas Praias de Itanhaém.



Covos na foz do R'ô Prêto.



Venda de estrada.



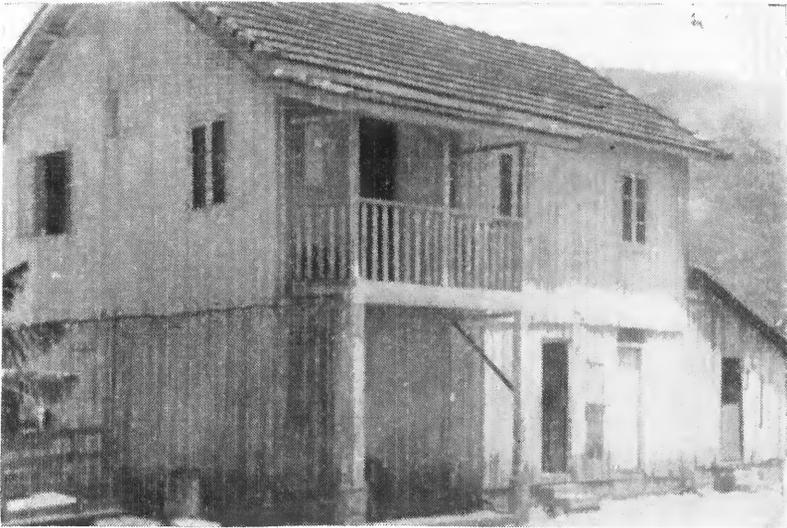
Casa de pau-a-pique no caminho de Una — Cobertura de telhas e paredes de paus cruzados e sapé.



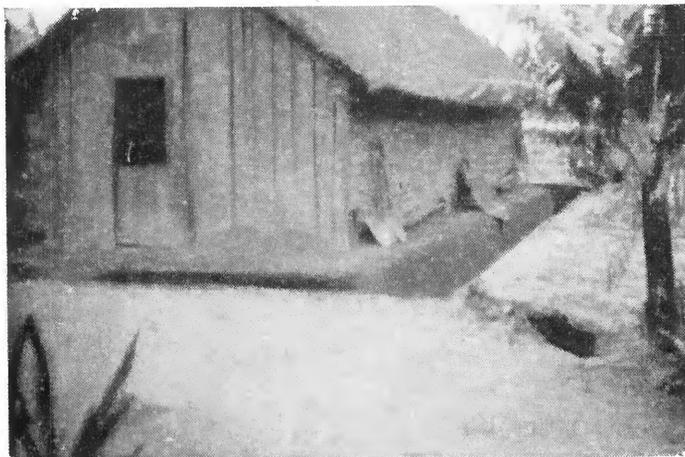
"Decauville" (trólei de linha — Rio Prêto).



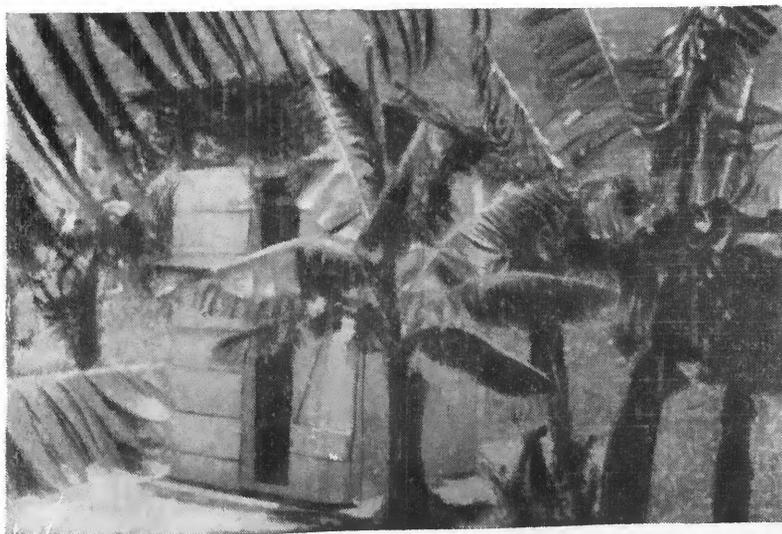
A volta do trabalho no bananal.



"Casa Grande" (Rio Preto).



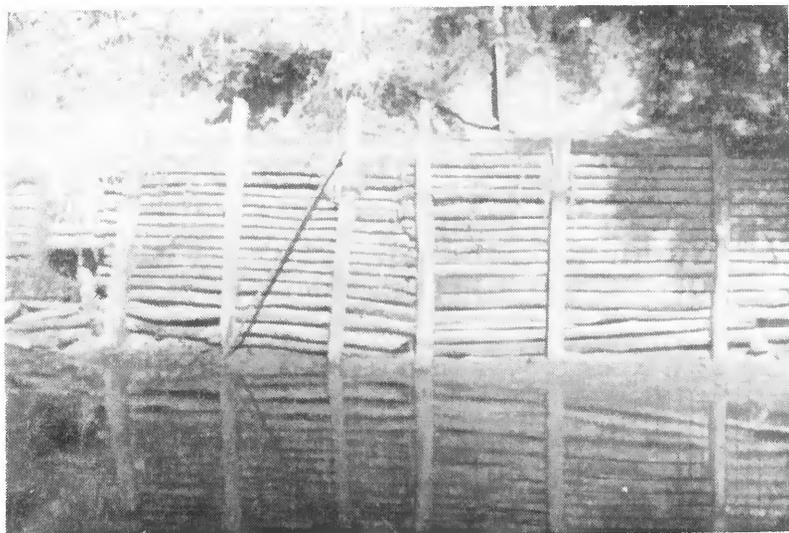
Valo para manter a casa sêca em tempo de chuva (Rio Prêto).



Instalação sanitária (Rio Prêto) — muito rara na região.



Crianças do Rio Preto.



Um pôrto fluvial para embarcar banana (Rio Preto).



Balsas de transporte de banana.



Trabalhadores do Bananal.



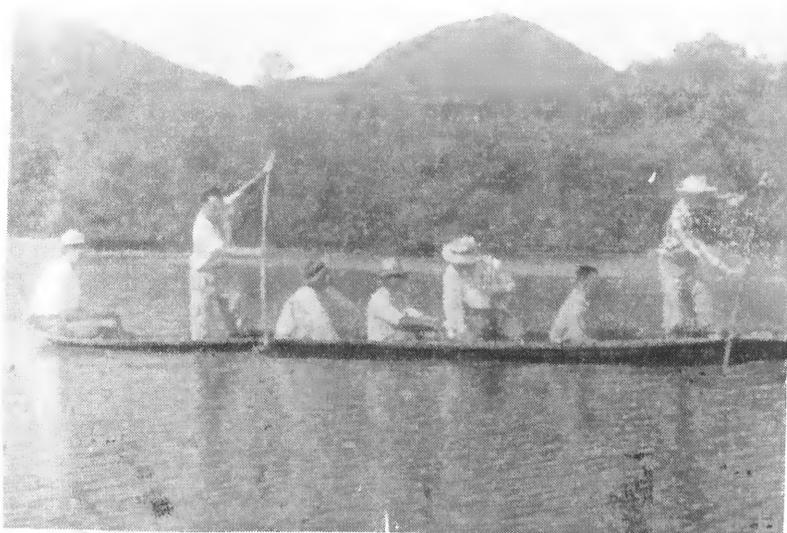
Uma índia da aldeia do Rio Branco (Município de Itanhaém).



Criança índia do Anchieta.



Os alunos da Faculdade de Filosofia em Rio Preto.



No caminho de Una.



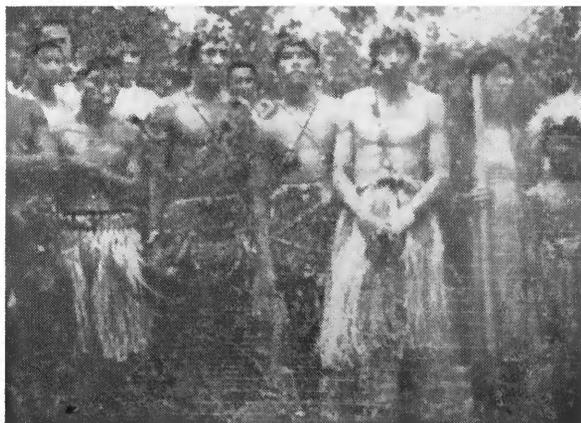
Cabana de índios Itariri, 1914 (ap: *Exploração do Rio Ribeira de Iguape*, Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 2a. Edição, 1914).



Cabana de índios, Itariri, 1954.



Rancho guaraní na área do Bananal.



Festa religiosa no Mato Anchieta.

Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras
Biblioteca Central

Í N D I C E

Apresentação	5
Introdução	10
I — O café, o bananal e o turismo	14
II — As antigas condições de vida	27
III — As atuais condições de vida	54
Conclusões	83
Bibliografia citada	85
Ilustrações	87

COMPOSTO E IMPRESSO NA SECÇÃO GRÁFICA DA
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
1958

